



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ALOÍSIO ARAÚJO FALCÃO NETO

CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E ESTADO

Salvador
2019

ALOÍSIO ARAÚJO FALCÃO NETO

CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E ESTADO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Área de concentração: Economia Política Internacional

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elizabeth Moura Germano Oliveira

Salvador

2019

Ficha catalográfica elaborada por Valdineia Veloso Conceição CRB5-1092

F178 Capitalismo de vigilância e estado / Aloísio Araújo Falcão . -
Salvador: 2019

51f. il. fig. tab.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Econômicas) -Faculdade de Economia, Universidade Federal da
Bahia, 2019.

Orientador: : Prof.^a Dr^a. Elizabeth Moura Germano Oliveira

1.Capitalismo de vigilância 2. Estado I. Oliveira,
Elizabeth Moura Germano II. Título III. Universidade Federal da
Bahia

CDD 337

ALOÍSIO ARAÚJO FALCÃO NETO

CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E ESTADO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 12 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora

Prof. Dra. Elizabeth Moura Germano Oliveira

Univesidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. César Vaz de Carvalho Júnior

Univesidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Me. Celeste Maria Philigret Batista

Univesidade Federal da Bahia - UFBA

RESUMO

O objetivo principal desta monografia é analisar a relação entre o capitalismo de vigilância e o Estado. Mais especificamente, examina-se como a vigilância digital, a coleta e a análise de uma grande massa de dados pessoais (*big data*) que caracterizam os negócios do capitalismo de vigilância são importantes para o Estado imperialista na disputa por poder no sistema interestatal capitalista. A título de ilustração, busca-se analisar essa relação através do estudo sobre guerras híbridas na obra de Andrew Korybko, que é uma forma de mostrar a centralidade das novas tecnologias de vigilância na atual estratégia geopolítica dos Estados Unidos.

Palavras-chave: Capitalismo de vigilância. Estado. Big data

ABSTRACT

The main objective of this monograph is to analyze the relationship between surveillance capitalism and the state. More specifically, it examines how digital surveillance, the collection and analysis of a large body of personal data (big data) that characterizes the business of surveillance capitalism is important to the imperialist state in the power struggle in the capitalist interstate system. By way of illustration, we seek to analyze this relationship through the study of hybrid wars in the work of Andrew Korybko, which is a way of showing the centrality of new surveillance technologies in the current geopolitical strategy of the United States.

Keywords: Surveillance capitalism. State. Big data.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A LÓGICA DE ACUMULAÇÃO DE PODER DO ESTADO	8
2.1	PODER	8
2.2	SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA	9
2.3	HEGEMONIA	10
2.4	VIGILÂNCIA	13
2.5	DEBATE PÓS-SNOWDEN	16
3	CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: CONCEPÇÕES	20
3.1	CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: A CONCEPÇÃO DE ZUBOFF	20
3.2	CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: CONCEPÇÃO DE FOSTER E MCCHESENEY	27
3.2.1	Estado de guerra	27
3.2.2	Vigilância e esforço de vendas	Erro! Indicador não definido.
3.2.3	O complexo industrial-militar	28
3.2.4	Vigilância, finanças e capital monopolista	30
3.2.5	Os programas estatais de vigilância e as revelações de Snowden	32
4	CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E GUERRAS HÍBRIDAS	34
4.1	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	34
4.2	MECÂNICA CENTRAL, ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DAS GUERRAS HÍBRIDAS	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

As visões sobre as novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), particularmente, as tecnologias digitais que produzem o big data, são dominadas por ideias que atribuem a elas amplas potencialidades positivas intrínsecas em termos de desenvolvimento capitalista, novas oportunidades, novos empregos, diminuiria as desigualdades pela informação, uma economia mais compartilhada, melhoraria o setor público e a democracia. Segundo Oliveira (2017, p.15), essas abordagens dominantes acreditam que o “novo paradigma tecnológico [...] representaria janelas de oportunidade ainda subproveitadas pelo país”. Este trabalho parte do princípio de que há a necessidade de se produzir estudos de caráter mais críticos em torno do tema.

Com isso, o objetivo principal desta monografia é analisar a relação entre o capitalismo de vigilância (esfera de acumulação capitalista baseada em tecnologias digitais, big data e algoritmos) e o Estado. Mais especificamente, examina-se como a vigilância digital, a coleta e a análise de uma grande massa de dados pessoais (big data) que caracterizam os negócios do capitalismo de vigilância são importantes para o Estado imperialista na disputa por poder no sistema interestatal capitalista. A título de ilustração, busca-se analisar essa relação através do estudo sobre guerras híbridas na obra de Andrew Korybko, que é uma forma de mostrar a centralidade das novas tecnologias de vigilância na atual estratégia geopolítica dos Estados Unidos.

Neste trabalho, parte-se da percepção de que há vínculos entre os seguintes fenômenos: (i) o paradigma tecnológico atual que leva à crescente digitalização e automação do processo produtivo; (ii) uma crescente vigilância de atores públicos e privados na economia e na sociedade; (iii) a influência das tecnologias de informação no processo de reprodução social em geral; (iv) e novas estratégias de hegemonia estatal das potências imperialistas no sistema mundial.

Com isso, esta monografia procura responder à seguinte questão: quais as relações históricas entre o capitalismo de vigilância e a lógica de disputa por poder estatal no sistema interestatal capitalista no século XXI, principalmente, no período após 2010?

A monografia está estruturada da seguinte forma: no segundo capítulo, expõe-se o referencial teórico das categorias de análises propostas, particularmente, sistema interestatal capitalista,

poder, sujeito hegemônico e vigilância. Neste momento do trabalho, exploramos e compreendemos mais claramente a existência de outra lógica subjacente à atuação do Estado, que não se confunde com o atendimento às demandas capitalistas. Segundo Fiori (2015), independentemente da época histórica (desde que se iniciou o capitalismo e, principalmente, na sua fase monopolista), existe uma lógica relativamente autônoma do Estado em relação ao capital, de acumulação do poder, que torna o ente estatal um sujeito com interesses que transcendem a acumulação capitalista. A partir da concepção da construção de hegemonia de Ceceña (2005), deve-se ter também a compreensão da tecnologia como elemento articulador das relações de dominação/poder estatal, econômico, político, social e humano. Também através do conceito de vigilância de Fuchs (2011), o que contribui com a percepção de que, atualmente, as tecnologias digitais afetam as relações de dominação e poder do Estado e do capital. Isto indica uma necessidade de se avançar na construção do conteúdo crítico da tecnologia digital como meio de evidenciar historicamente um dos mecanismos centrais da acumulação de poder estatal e de capital que envolve a construção da hegemonia econômica, política, militar e tecnológica atual.

O terceiro capítulo expõe as concepções existentes na literatura sobre o capitalismo de vigilância. Deve-se ter também a monopolização da informação como um fenômeno mais sutil da espoliação da propriedade intelectual gerado a partir dos dados produzidos por intermédio da Internet. Neste sentido, as revelações de Snowden se tornam um marco histórico que evidencia a imbricação da lógica de acumulação de poder do Estado e do capital no processo de vigilância global.

No quarto capítulo, como forma de ilustrar as relações entre capitalismo de vigilância e Estado, é realizada uma discussão sobre a obra *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*, de Andrew Korybko (2015), que busca identificar como a questão das tecnologias digitais é abordada neste referencial sobre questões geopolíticas militares.

2 A LÓGICA DE ACUMULAÇÃO DE PODER DO ESTADO

Este primeiro momento da monografia é guiado pelo objetivo de estudar os referenciais teóricos críticos de modo a apreender algumas concepções-chave, tais como poder, hegemonia, sistema interestatal capitalista, além de suas relações com a tecnologia; cujos principais autores foram Fiori (2015), Ceceña (2005) e Fuchs (2011, 2015). Estes referenciais teóricos não explicam o Estado apenas a partir da lógica do capital, mas essencialmente a partir da lógica de poder no sistema interestatal.

2.1 PODER

O professor e cientista político José Luís Fiori é um dos principais intelectuais brasileiros que iniciou seus estudos sobre o desenvolvimento da América Latina em 1980, a partir dos quais manteve um diálogo crítico com as disciplinas estruturalistas, keynesiana, marxista, teorias da dependência e sistema mundo. Seus estudos se desdobraram em várias teses no campo da economia política internacional que contribuí para a concepção de um conceito de poder e de acumulação de poder que parte de categorias gerais e abstratas para compreender a lógica do poder, das formações territoriais e do sistema interestatal capitalista. Importante neste sentido, para a compreensão de um sistema capitalista no qual tem estratégias em comum e, ao mesmo tempo, diferentes em relação à lógica de acumulação do capital.

O conceito de poder que foi proposto por Fiori (2015, p.18) identifica uma lógica própria do poder observado “em qualquer nível de abstração e em qualquer tempo ou lugar, independentemente do conteúdo concreto de cada relação de poder em particular”. O poder é uma relação **assimétrica**, pois se todos tivessem o mesmo poder, não teria relação de poder ou disputa por poder. O poder é **dialético** por ser uma relação negação e superação. O poder também é **relativo**, o que envolve uma hierarquia onde qualquer variação do poder gera uma reação para recompor e manter as correlações anteriores à mudança inicial. O poder é **fluxo**, movimento, é um jogo de ações e reações contínuas. O poder é **sistêmico**, o que significa que a existência de uma unidade de poder pressupõe a existência de várias outras, e que todas elas pertencem a um mesmo sistema de poder. O poder é **expansivo** porque cada unidade de poder tem a capacidade de se expandir para fora de si mesma pela conquista de outra unidade de poder ou de alguma parcela desta. Neste sentido percebemos que o poder exerce pressão competitiva sobre si mesmo e externamente, o que cria uma necessidade de se expandir continuamente. Todas essas definições teóricas, que revelam a existência de uma **ética** de disputa do poder pelo

poder, mostram que o poder é uma força movida pela necessidade de sua própria valorização (FIORI, 2015, p.20). O padrão é a valorização do próprio poder, das unidades de poder, que disputam e impulsionam a acumulação endógena de poder.

2.2 SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA

O conceito de sistema interestatal capitalista de Fiori (2015) é definido pelo funcionamento de um Estado que possui um sistema de acumulação de poder e capital que atua em escala mundial sob a convergência de interesses estratégicos do poder estatal e dos circuitos produtivos e financeiros nacionais de cada Estado-economia nacional. Isto é, os Estados atuam em um tabuleiro internacional geopolítico competitivo pela defesa ou conquista da liderança hegemônica política, econômica, tecnológica, militar. Trata-se de uma perspectiva sistêmica, no que diz respeito a origem e ao limite das relações de poder atual, e que devido a sua complexidade vai se constituir historicamente em “pivô central” nesta competição pelo poder. Nas palavras de Fiori (2015),

o que se pode afirmar com certeza a respeito do tema da hegemonia e da governança mundial é que até hoje os europeus e seus descendentes norte-americanos exerceram um verdadeiro poder estrutural sobre o sistema interestatal capitalista, por terem criado e ainda controlarem o software do sistema. Além disso, deve-se reconhecer que as duas grandes potências anglo-saxônicas, junto com os demais povos de língua inglesa, exercem, há cerca de trezentos anos, supremacia militar e hegemonia monetário-financeira sobre a maior parte do sistema político e econômico mundial. Isso, no entanto, não impediu nem impede que existam ao mesmo tempo vários outros polos ou centros de poder e de liderança da acumulação capitalista dentro do sistema. Assim, mesmo nos momentos da história em que houve um país que exerceu forte liderança dentro do grupo das grandes potências, essa hegemonia não estabilizou o sistema mundial nem interrompeu a competição entre os seus Estados - e, o que é mais importante, tampouco interrompeu a competição entre as grandes potências ou suspendeu o expansionismo da potência hegemônica.

Vale ressaltar a importância do conceito de “sistema interestatal capitalista” para este trabalho monográfico, resultado de um amplo estudo feito por Fiori sobre a história e geopolítica do desenvolvimento do capitalismo. Ele constata que “a maturidade política precedeu a maturidade econômica” e faz a seguinte pergunta metodológica central: “quando, como e por que razões” esses estados territoriais europeus adquiriram sua “força política e sua coerência econômica interna?”. Então, segundo o autor, esses dois fatores formam o marco teórico que contribui para o entendimento do sistema de poder europeu e sua conquista do mundo, como também a própria formação dos estados nacionais e do modo de produção capitalista. No caso, percebemos dois campos do conhecimento distintos que mantêm relações intrínsecas: a lógica do poder estatal e a lógica do poder do capital. Neste sentido, este trabalho se valeu das contribuições de Fiori

para a realização de uma análise mais abrangente da dinâmica do capitalismo, incorporando na análise a teoria do poder e da acumulação do poder e suas relações com o capital e acumulação de capital. (Fiori, 2015)

2.3 HEGEMONIA

Vale ressaltar também a importância do conceito de hegemonia de Gramsci. De acordo com Ceceña (2005), seu conteúdo primeiro parte de uma hegemonia com perspectiva de poder pelo uso da força, para em seguida um conteúdo que articula força e consenso: a concepção de que hegemonia é a capacidade de generalizar uma visão de mundo. Então, segundo a autora, Gramsci parte destes dois aspectos teóricos, que tem uma perspectiva múltipla do poder, o que não nega o entendimento do uso da força, guerra, escravidão ou qualquer meio para o alcance de poder. A hegemonia é sistêmica por ter capacidade de gerar, no espaço dos dominados, seu modelo de dominação, isto é, criar a concepção de mundo a sua imagem e semelhança. Neste sentido a construção da hegemonia é a construção do discurso da “verdade”, uma mistificação da “organização social” que corrompe o entendimento do processo de acumulação de poder e capital, do processo de trabalho, das tecnologias, das culturas, das tradições. Enfim, a construção da hegemonia é elemento essencial da criação das relações de dominação e poder.

O conceito de Ceceña (2005) sobre o sujeito hegemônico também é importante para este trabalho: ele remete à dinâmica de quem está no topo da hierarquia do sistema mundial. Segundo Oliveira (2017, p. 122), “a ação conjunta e articulada entre a grande burguesia e o Estado estadunidense configura o chamado sujeito hegemônico (ou sujeito dominante), cujas estratégias parciais de concorrência e de dominação encontram-se em fina sintonia.” O sujeito hegemônico se desenvolve na prática no tabuleiro internacional geopolítico competitivo pela defesa ou conquista da hegemonia política, econômica, tecnológica, militar, através da articulação do seu capital nacional e das instituições que atuam pelo poder estatal estadunidense.

Segundo Ceceña (2005), as políticas gerais do Pentágono são divididas em três áreas geográficas no mundo: o centro, composto pelos países desenvolvidos que tem a estrutura estatal sólida e legítima como norma; o elo, que é representado pelos países que mediam e ligam as relações com a terceira área geográfica; a brecha, alvo de uma política da vigilância ostensiva dos Estados Unidos, de controle/imposição do funcionamento do Estado (exércitos, corpos de segurança, comércio e dos investimentos) para o estabelecimento de um sistema internacional.

A brecha é constituída por uma faixa geográfica com maior quantidade de recursos naturais estratégicos do sistema capitalista e de rebeldes, resistências, capazes de formular suas próprias concepções de mundo. Nesta perspectiva, apesar do Brasil estar supostamente fora da brecha geográfica estabelecida pelo Pentágono, tem foco de atenção devido às suas grandes reservas naturais (biodiversidade, água, petróleo, gás e metais) e ser grande palco de resistência.

O empenho do planejamento estratégico dos EUA é desenvolvido para a variedade de possibilidades dos dois eixos estratégicos que tem seu funcionamento representado por todos seus corpos de segurança, no qual executam a construção do enfrentamento das ameaças, no que diz respeito à estratégia de dominação do espectro total. Neste sentido, as forças norte-americanas operam com abordagens adaptativas em situações específicas com o viés de atuar em todos os domínios – informação, espaço, ar, mar, terra. Então, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DoD) tem a capacidade de enfrentar tanto uma guerra convencional quanto um inimigo difuso. A estratégia geral é de desarticulação do inimigo real ou em potencial. O DoD tem uma concepção preventiva de guerra e de dominação em todos os conflitos e áreas geográficas do planeta.

De acordo com a autora (CECEÑA, 2005), a prevenção de guerra se dá no sentido de que o inimigo não tenha brechas para se esconder ou deixar de ser vigiado, com o intuito que se canse e desgaste completamente. Na prática, envolve três dimensões físicas: a subterrânea, onde busca vigiar esconderijos e recursos subterrâneos inimigos; a superficial (terrestre e marinha), com a capacidade de conhecer, controlar, prever e evitar qualquer movimento inimigo e dos atores sociais; e o espacial, que empenha-se no agilidade da comunicação e com o uso da atmosfera com a perspectiva da circulação de aviões, satélites, mísseis e informação.

Segundo Ceceña (2005), o plano hegemônico dos EUA é representado pela estratégia de dominação do espectro total, no qual vai desdobrar-se pelos mecanismos que são principalmente a superioridade tecnológica, o reordenamento territorial e a universalização de normatividades que reproduzem as relações de poder. O primeiro mecanismo é o tecnológico, tendo como vetor principal o setor militar. Em uma perspectiva do modo de produção capitalista, é uma maneira de se estabelecer o controle e vantagens que criam condições para o estabelecimento da construção e exercício das relações de poder. Com a criação da tecnologia, propaga-se a competição capitalista e o conflito de classe. Neste sentido, o Estado hegemônico assume a inovação tecnológica como uma política estratégica de prioridade nacional, que em seu projeto se articula a empresas, universidades e setor militar. Tem objetivo de,

simultaneamente, alcançar a superioridade militar e econômica dos Estados Unidos com o rompimento contínuo da fronteira tecnológica e manter sua posição de vanguarda.

O mecanismo tecnológico é uma possibilidade de dominação do espectro total que se baseia na superioridade da informação, onde se destacam campos da inovação tecnológica de uso dual (civil e militar). O seu sistema de inteligência global atua com base na rede de comunicação proporcionando informação em tempo real em qualquer lugar do mundo, em qualquer corpo de segurança e comandos para o enfrentamento adequado de qualquer conflito. Neste sentido, assume o poder não necessariamente pela tecnologia em si, mas pela sua capacidade massiva de informação. Há superioridade do manejo do espaço, no caso, o controle dos mares e do espaço aéreo por meio de direção global, de reconhecimento, de vigilância, inteligência, computação, comunicações e controle. A intenção é manter a sua superioridade no espaço, direcionando recursos para o sistema de inteligência para monitorar os indivíduos para incorporar ou excluir de áreas estratégicas.

O segundo mecanismo para o funcionamento do espectro total é o reordenamento territorial e a manipulação do território mundial, como a construção social complexa dos componentes físicos, históricos e culturais, que tem o objetivo de prevenção da guerra por meio do mecanismo tecnológico e a possibilidade de atividades militares com a finalidade de defender os interesses dos EUA. Concomitantemente, implica em um objetivo de ocupação total com a mobilidade do capital e das mercadorias. O desenvolvimento e uso das tecnologias atuais da comunicação evidencia uma política violenta de redesenho dos espaços geográficos e das fronteiras atuais, que pode assumir um caráter violento direto com a instalação de quartéis de inteligência, base militar e presença física dos seus corpos de segurança, como agentes da Agência Central de Inteligência (CIA), da Drug Enforcement administration (DEA) e do Departamento Federal de Investigação (FBI).

O terceiro mecanismo central é a universalização de normatividades que reproduzem as relações de poder. Há uma transferência no âmbito de decisão para instâncias internacionais que interferem na autodeterminação interna dos países e que promovem vantagens na concorrência tanto militar quanto econômica. Em uma perspectiva militar, isso se dá através de organizações como OTAN e a ONU. Em uma perspectiva econômica global, a implantação de normas é determinada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e a Organização Mundial do Comercio (OMC). Na perspectiva tecnológica, cria normas que

estabelecem o padrão da tecnologia, da produção, da organização produtiva e da concorrência que reproduzem as relações de poder do capitalismo.

Novas estratégias de hegemonia estatal dos EUA no campo militar do espectro total estão relacionadas a uma nova forma de guerra. Através da discussão de Korybko (2018) sobre guerras híbridas, é possível perceber a lógica de acumulação de poder do Estado exposta por Fiori (2015).

É importante identificar que a tecnologia e o conhecimento, na perspectiva teórica de Ceceña (2005), encontram-se no centro da explicação do mundo, visões privilegiadas de saberes e capacidades por envolver todo o processo de trabalho e a reprodução social. Nesta perspectiva, o padrão tecnológico hegemônico desenvolve sistemas de poderes em várias dimensões, isto é, a funcionalidade do conhecimento e das tecnologias disponíveis atua como mecanismo para a estratégia de dominação hegemônica (política, econômica, social, militar) que também, por sua vez, delimita e impulsiona o conflito da luta de classes. Então, para esta análise, a inovação tecnológica e a ressignificação do conhecimento assumem o papel de motor para as relações de poder e dominação desta “organização social” hegemônica. Concomitantemente, o aumento do conflito da luta de classes impulsiona a inovação tecnológica. Em suma, fica evidente a funcionalidade do conhecimento para a lógica da disputa por hegemonia.

Ceceña (2005) mostra que a hegemonia se enquadra numa concepção de que o mundo é um campo de batalha, que busca mudar circunstâncias através uma versatilidade de iniciativas para ganhar vantagens em posicionamentos. A manutenção da hegemonia que, devido à complexidade das tecnologias da comunicação que une política e economicamente regiões antes dissociadas, pressupõe estratégias aptas a englobar e integrar essa diversidade em um nível superior da articulação global. Em um ambiente de constante mudança, buscam explicar circunstâncias que gerem a compreensão da mobilidade do capital e dos recursos naturais, da exploração do trabalho e da institucionalização de um poder global ordenado.

2.4 VIGILÂNCIA

Uma análise histórica mais recente mostra que o sujeito hegemônico, através do paradigma tecnológico atual, vem possibilitando novas estratégias do poder estatal, através da crescente

imbricação do setor público-privado para fins de vigilância econômica e política; fins estes que atuam diretamente com o poder disciplinador na “construção” de sua reprodução social, do processo de trabalho em geral e da “organização social” interna. Assim essas construções são possibilidades de dominação interna, principalmente econômica e política, que ganham impulsos cada vez menos visíveis sem determinados conhecimentos sobre a história da luta de classes. Nessa perspectiva, analisa-se a vigilância a partir do entendimento de que poder dos Estados desenvolve-se em um tabuleiro geopolítico internacional através de mecanismos de dominação hegemônica (econômica, política, social, militar).

No que se refere à dominação contemporânea, através da vigilância automatizada por tecnologias digitais, é importante frisar a concepção de Foucault segundo a qual vigilância não é uma tecnologia, mas, sim, uma relação social na qual um dos lados observa o outro sem sua permissão e sem o outro saber. A vigilância é um instrumento do poder disciplinar que, no capitalismo contemporâneo, é facilitada por meio das tecnologias da informação; por isso, reduzir a vigilância à dimensão tecnológica nega sua dimensão social e reduz sua dimensão crítica para a acumulação de poder e capital. Por exemplo, devemos atentar para a vigilância estatal e do marketing personalizado por Big Data que é pouco transparente e fetichizada com uso da tecnologia, que aliena o comportamento do consumidor e facilita a acumulação de capital e de poder dos Estado-nacionais. Então, a vigilância digital aparece como instrumento social de dominação, um mecanismo de violência direta e de violência ideológica (Fuchs, 2011).

Segundo Fuchs (2011) é importante chegar a um conceito bem definido sobre o que é vigilância, para que não seja confundido com o de monitoramento. A discussão sobre o assunto é bem ampla: (i) em uma perspectiva econômica, a vigilância se dá sobre o ambiente de trabalho, o comportamento do consumidor e a concorrência no processo de acumulação de capital; (ii) do ponto de vista estatal, com instituições de segurança nacional (polícia, forças armadas, serviço secreto) e controle social, que são usadas para organizar e gerenciar a população.

Para contrapor a sua própria definição a outras existentes na literatura, Fuchs (2011) sugere uma tipologia sobre a noção de vigilância: aqueles que a concebem como neutra e os que a concebem como negativa (o caso do autor). O conceito de vigilância neutro remete a “qualidade ontológica de todas as sociedades ou de todas as sociedades modernas e identificam, além dos

aspectos negativos, também as qualidades concretas ou em potencial da vigilância”. Quem trabalha com o conceito neutro sempre utiliza uma ou mais afirmações abaixo:

Há aspectos positivos na vigilância; a vigilância tem dois lados, é facilitadora e constrangedora; a vigilância é uma faceta fundamental em qualquer sociedade; a vigilância é necessária como forma de organização; qualquer tipo de recuperação sistemática de informações é um tipo de vigilância. (FUCHS, 2011, p. 112)

As abordagens negativas da vigilância “consideram-na como inerentemente associada à violência e à dominação” (FUCHS, 2011, p. 111). Parte do entendimento de que é um processo repressivo de recuperação de informação para fins de dominação, coerção e violência. Para o autor, a mais influente contribuição para definir o conceito de vigilância foi dada por Foucault, quando discute o papel da vigilância, do poder disciplinar na produção e sua relação com o Estado moderno. Neste sentido, o autor vê a vigilância como poder disciplinar, no sentido de que as formas gerais de dominação incluem formas institucionais, penais, de controlar o comportamento, classificar e separar para normatizar, punir, hierarquizar, homogeneizar e excluir.

Segundo Fuchs (2015), os “estudos de vigilância” carecem de um pensamento crítico sobre a vigilância. O autor identifica que poucas obras utilizam Karl Marx, Escola de Frankfurt e Foucault como embasamento teórico no qual estes estudos tendem ao argumento (falso) que as obras estão desatualizadas. Neste sentido, Marx e a teoria marxista tem apenas o entendimento da vigilância do trabalho ou a vigilância econômica, deixando de fazer as conexões entre a vigilância e o Estado moderno, mídia, tecnologia, ideologia, hegemonia, lutas de classes e as alternativas à sociedade de vigilância.

Para Fuchs (2015), o argumento de que a vigilância panóptica de Foucault — fundamentada na existência de um centro de vigilância no qual monitora muitos — está desatualizado é falso. Segundo este argumento, com o surgimento de novas tecnologias da comunicação, como Internet e mídias sociais, a sociedade civil teria a possibilidade de vigiar seus “superiores”, porém o Estado e os capitalistas têm muitos mais recursos. A NSA vigia a sociedade civil em seu uso do Google e Facebook, mas a sociedade civil não vigia os agentes da NSA, então fica evidente a assimetria do poder. O autor acredita que as revelações de Snowden sobre a colaboração do Estado com os serviços secretos e empresas de tecnologia da comunicação na criação de sistemas globais de vigilância da Internet demonstram um poder invisível, secreto e totalitário. Então está conceitualmente errado uma “democratização da vigilância”, e o

surgimento de uma “vigilância participativa” no qual este sistema evidencia que a vigilância é centralizada e conecta múltiplas tecnologias descentralizadas.

Os Estados hegemônicos financiam o desenvolvimento de novas tecnologias da vigilância, enquanto, que o financiamento de “estudos de vigilância” e pesquisas sobre o impacto das tecnologias da informação que em uma perspectiva crítica, societária e ética são enviesados para uma posição conservadora e limitada. Os estudos de vigilância é composto por mult/inter/trans disciplinas, tais como os estudos das Ciência e Tecnologia, Ciência da Informação, estudos / pesquisa em mídias sociais, informática social e etc, nos quais tem o mesmo papel na lógica de poder de disciplinas mais antigas da academia que reproduz o jogo de poder do capital e do Estado. Então, neste sentido, existe um objetivo estratégico na institucionalização destas disciplinas de inflar o objeto de estudo, no qual sua concepção é fundamentalmente acrítica, positivista em uma perspectiva generalizada da vigilância e tendenciosa para condição neoliberal (Fuchs, 2015).

Fuchs (2015) evidencia a necessidade de criar uma teoria crítica para a abordagem da vigilância porque a concepção geral e neutra da vigilância, de coleta e processamento de informação, além de inútil para a fundamentação crítica, é politicamente perigosa. Há uma onda de otimismo propagada pelo surgimento das mídias sociais e tecnologias digitais, segundo as quais se gerariam novos empregos, riqueza para todos, revoluções políticas e haveria a melhoraria da democracia e da esfera pública. Isso possui consequências no modelo de acumulação de capital com base na vigilância em tempo real das mídias sócias e na exploração do trabalho digital. Eles centralizam a vigilância de forma sutil para centralizar o poder militar, econômico e político. O autor entende a teoria crítica como uma ferramenta capaz de compreender as estruturas do poder, das relações de dominação, das classes, da sociedade como um todo, no qual precisa ser adequadamente compreendida.

2.5 DEBATE PÓS-SNOWDEN

A divulgação de Snowden em 2013 de documentos oficiais dos EUA sobre a espionagem em escala global e a vigilância da Internet é um fato histórico importante para a compreensão do Estado na contemporaneidade. A partir da análise da “crescente hibridação entre os atores

públicos e privados no campo da vigilância de comunicações para fins de segurança nacional” feita por Treguer (2018, p. 2, tradução livre), se evidencia o papel da tecnologia da informação na estratégia de hegemonia no sistema mundial. As empresas de alta tecnologia foram examinadas por colaborar ativamente com as agências de inteligência, como os programas PRISMA e MUSCULAR, que apontaram a vigilância do fluxo da informação online e a baixa segurança dos computadores.

Para entender como as revelações de Snowden sobre a vigilância estatal via Internet afetam as empresas, o autor identifica alguns fatores que podem influenciar o posicionamento destas:

a cultura corporativa interna da empresa, a pressão do campo dos direitos humanos, a importância da confiança do usuário nos negócios dessas empresas, sua sensibilidade às mudanças regulatórias, a identificação dos gerentes da empresa com a elite do poder, a dependência da empresa de em contratos públicos e, finalmente, a existência de sanções penais por falta de cooperação. (TREGUER, 2018, p. 2. Tradução livre)

Estas produziram formas diferentes de estratégia de "resistência" das empresas de alta tecnologia que são resistência técnica, resistência legal e resistência política por medo de perder poder econômico e político (TREGUER, 2018).

Em um contexto mais amplo que afeta as burocracias modernas, com a crescente importância da governança de dados para o poder moderno do Estado e o impacto adverso dessas tendências sobre o Estado de Direito, o relatório foca nas multinacionais norte-americanas que dominam a economia digital globalmente e que se envolveram nos debates pós-Snowden — empresas como Google, Apple, Facebook, Microsoft e Yahoo — e nas experiências da relação entre Estados Unidos e França.

No caso, o autor aponta um novo paradigma burocrático a partir da nova governança dos dados, onde a administração pública incorpora fundamentos da burocratização neoliberal, como “eficiência”, “custo e efetividade”, “flexibilidade”, “benchmarking”, que são ferramentas poderosas no processamento de dados para “otimizar” os resultados burocráticos. Nesta perspectiva, podemos dizer, portanto, que há uma valorização da linguagem matemática e das tecnologias no debate técnico-organizacional. Assim, as práticas burocráticas da administração pública tornam-se cada vez mais despolitizada e insensível a valores do setor público e ao

mundo social. O que torna evidente as contradições da hibridação entre os atores públicos e privados na estrutura do poder.

Um fato importante no debate pós-Snowden sobre a reforma burocrática do Estado do EUA é que vem se instituindo legalmente a vigilância; através de programas, o governo vem “solicitando” o fornecimento dos dados dos usuários destas empresas de tecnologia. Trata-se de um processo legal abusivo e com falta de “transparência”, onde não se informa o conteúdo solicitado, mas apenas o número de pedidos. Então, o debate sobre a vigilância passa por uma reformulação jurídica na qual o Estado tem a possibilidade de impor legalmente a cooperação. Essa “cooperação” pode ter “resistência” destas empresas sendo parte de suas estratégias para manter a confiança do usuário, porém as empresas de tecnologia da informação podem querer cooperar com o setor público por ter a capacidade de desenvolvimento de novos paradigmas tecnológicos e comerciais; sendo assim, a hibridação público-privado no setor da vigilância pode gerar inovações tecnológicas e de negócios (TREGUER, 2018).

No debate pós-Snowden, essa parceria público-privado vai se desenvolver no campo da “segurança nacional” no meio digital, passando os dados a ter importância fundamental para a defesa do Estado. No caso, uma soberania digital frente à espionagem e cibercriminalidade global, a capacidade de armazenar e compartilhar informações em segurança, entre outros fatores. A segurança nacional digital é, além de um grande negócio para as empresas de tecnologia, um grande instrumento diplomático nas relações internacionais. Foi o caso da França, que imediatamente teve uma reação antagônica e em seguida permitiu criar um novo paradigma burocrático, no qual as empresas de tecnologia dos EUA tiveram um papel no campo da vigilância do seu Estado e nas relações diplomáticas. Por exemplo: a criação de armazenamento em nuvem de dados do setor público, a “nuvem soberana”; os serviços de censura de conteúdo “terrorista” da internet das empresas de tecnologia dos EUA aos Estados da União Europeia; como também as Leis de Reparação Judicial que garantem direito a julgamento nos EUA por invasão de privacidade da população da UE; e a CLOUD que complementa Tratados de Assistência Jurídica Mútua (MLATs) que permite o compartilhamento de dados para investigar e processar crimes por estes países. O que, neste último caso, gera uma série de preocupação sobre o futuro da justiça no mundo, o poder legal dos americanos e sua ligação com o setor privado (TREGUER, 2018).

O autor identifica também na relação público-privado, no setor da vigilância, uma “porta giratória” para a “elite do poder”, isto é, uma circulação de pessoas em posição de poder entre

instituições públicas e privadas. No caso, uma proximidade e circulação dos funcionários das empresas de tecnologia como Google e Microsoft e de membros do governo americano e da segurança nacional. Outra ligação direta seria que as empresas de tecnologia ganham contratos e acabam sendo financiadas pelas compras governamentais do Estado americano na compra e no desenvolvimento de tecnologias e serviços. No caso, vem indicando uma transferência de atividades de vigilância do setor público para o privado (TREGUER, 2018).

É importante perceber que hoje há uma parceria público-privada no setor de segurança. A segurança, quando se trata de monitorar e controlar o fluxo da informação, é focada na governança de dados que é promovida por empresas de alta tecnologia que o tem papel estratégico do poder estatal no campo da administração pública, implementação de políticas públicas com perspectiva técnica, econômico e organizacional. Porém, em uma perspectiva crítica, temos que alcançar a profundidade da infraestrutura digital. (TREGUER, 2018)

3 CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: CONCEPÇÕES

Neste capítulo, o objetivo é apresentar o capitalismo de vigilância, investigando o modo de acumulação de poder estatal e capital. Para isso, devemos entender que a literatura ainda possui uma tipologia difusa; o objeto de estudo do capitalismo de vigilância pode ter as seguintes abordagens: *data-driven economy* (STUCKE; GRUNES, 2016), economia digital (UNCTAD, 2019), capitalismo de *big data* (FUCHS, 2019), governamentalidade algorítmica (ROUVROY; BERNS, 2015; ROUVROY, 2018), *data-driven development* (WORLD BANK, 2018). Este trabalho concentra-se em duas diferentes concepções de capitalismo de vigilância: a de Zuboff (2018), mais conhecida, e a de Foster e McChesney (2014), interpretação de cunho mais histórico-materialista. Ambos destacam o interesse do Estado e evidenciam a convergência entre o acumulação de poder estatal e de capital. Com essas visões, é possível perceber a imbricação do poder estatal com o poder do capital por hegemonia no sistema interestatal capitalista.

3.1 CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: A CONCEPÇÃO DE ZUBOFF

Zuboff (2015) descreve a emergente lógica de acumulação de poder e capital do "Capitalismo de Vigilância", ou do "Big Other", como ela batiza. A discussão realizada pela autora se dá através da análise de dois textos de Varian, onde ele trata da economia do Google, pois ela considera esta empresa como pioneira e representativa do Big Data. A autora considera que a lógica de acumulação do capitalismo de vigilância é bem representada pela Google, que possui um papel fundamental nas suas práticas e nos seus pressupostos operacionais. A emergente lógica de acumulação do Big Data não é apenas do Google ou Facebook, mas é um modelo padrão para as todas as grandes empresas da Internet e para as startups que, em uma perspectiva mais ampla, é o próprio capitalismo de vigilância.

A autora afirma que a lógica dominante de acumulação no século XX foi baseada no capitalismo corporativo de produção de massa, ocultado, em parte, pelo capitalismo financeiro desde o fim do século XX. Segundo a autora, o capitalismo de vigilância é uma nova lógica emergente de acumulação e de mercado que vem sendo construído gradualmente na última década, como resultado difusão tecnológica, um processo de informatização, aumento da mediação pelo computador que tem uma capacidade de codificação organizacional do trabalho e da vida social, no qual o registro das atividades em dados se torna um mecanismo fundamental para as organizações e instituições. Neste sentido, são institucionalizadas diversas práticas nas

organizações e corporações, em que as possibilidades das atividades de vigilância são circunscritas pelas autoridades públicas e privadas e pelas próprias relações sociais e de dominação. O Big Other, sendo fruto de um arranjo entre as empresas de alta tecnologia e as agências segurança nacional, converte-se numa forma de poder global, fazendo emergir uma nova lógica de acumulação e novas relações sociais.

O estudo da natureza do Big data, das tecnologias da informação e da vigilância descreve a capacidade única do processo de automatização, pois é diferente de todas as tecnologias anteriores, por *criar* informação a partir do registro da atividade em dados. Gerando informação tanto no sentido de conteúdo, quanto em uma perspectiva de instrução de programação, por ter uma compreensão mais profunda da atividade que antes era parcialmente ou completamente desconhecidas. Então, o capitalismo de vigilância e as tecnologias da informação tem a capacidade de informar sobre o sistema de atividades com a qual está relacionada. Neste sentido, a tecnologia da informação promove a ação sob a máquina, que é completamente absorvida, refletindo a relação do objeto sobre suas atividades tornando concebíveis objetos, sistemas, processos de uma nova maneira.

A Google tem desenvolvido pesquisas, métodos, tecnologias, inovações que resultam em uma invasão de privacidade contínua. A informatização da economia, o registro contínuo das transações econômicas mediadas pelo computador, torna a economia mais “transparente”. Porém, a empresa tem uma perspectiva extrativista de apropriação de fluxos de informações baseado em uma “indiferença formal” às populações-alvo. Ela adota métodos positivistas, dedutivos, dentro das convenções formais. A apropriação dessas fontes de fluxos de dados não são uma “doação”, é caracterizada por um processo violento, métodos ocultos, uma extração sem o consentimento, com uma indiferença formal, porém íntima que evidencia subjetividades e fatos da vida com conteúdo descontextualizado. Isso possibilita a construção de subjetividades descontextualizadas que podem ser mercantilizadas, e possui estratégias e alvos finais ocultos.

A autora evidencia os mecanismos operacionais do Capitalismo de Vigilância no aspecto da tecnologia da informação, com os quais o trabalho mediado pelo computador tem uma perspectiva de codificação da administração, “textualização” do campo técnico-organizacional, de um processo de informatização da administração do ambiente de trabalho, que ela chama de “texto eletrônico”. Eles refletem os fluxos e processos administrativos, novas formas de aprendizados, novas disputas na “divisão de aprendizagem” sobre quem, como e o que aprenderia. Mas também refletem sobre o comportamento humano e sobre a sociedade, cujas

possibilidades são modeladas pelas autoridades e pelo poder. Segundo a autora, a questão chave é que o texto eletrônico já está concebido pela lógica da acumulação capitalista, em que pode modelar qualquer modelo de negócio tornando visíveis seus objetos, sucessos, falhas e problemas. Ele define como os recursos e pessoas são alocados e quais atividades são realizadas.

Segundo a autora, essa nova lógica na economia da informação tem o objetivo de “prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receita e controle do mercado” (ZUBOFF. 2015. p.2). Ela afirma que, segundo Varian, as transações econômicas mediadas por computador são seguidas por quatro novos usos: “‘extração e análise de dados’, novas formas contratuais devido a um melhor monitoramento, ‘personalização e customização’ e ‘experimentos contínuos’” (p. 26). Esses usos vão ser institucionalizados em diversas práticas pelas atividades econômicas mediadas pelo computador, pelas tecnologias da informação. Então, essas práticas institucionalizadas pelas empresas nos proporcionam o entendimento da lógica de acumulação de poder e a dimensão do impacto econômico. Elas modelam qualquer prática de negócio, sendo amplamente difundidas na atividade de trabalho e nas atividades cotidianas, essa emergente lógica de acumulação vai ter um impacto em toda a cadeia de suprimento, da relação com os fornecedores (recursos matérias e humanos) à relação com os clientes, incluindo toda a atividade produtiva em si por ter uma maior capacidade de controle da informação (ZUBOFF, 2015).

Esses novos fatos são institucionalizados em milhares, se não milhões, de novas espécies de ação dentro das empresas. Algumas delas são mais formais: metodologias de melhoria contínua, integração empresarial, monitoramento de funcionários, sistemas de TIC que permitem a coordenação global de operações de manufatura distribuída, atividades profissionais, equipes, clientes, cadeias de suprimentos, projetos de empresas, forças de trabalho móveis e temporárias, e abordagens de marketing para diversas configurações de consumidores. Alguns são menos formais: o fluxo incessante de e-mail, pesquisa on-line, atividades de smartphones, aplicativos, textos, videoconferências, interações de mídia social e assim por diante. (ZUBOFF, 2015, p.4).

O Big data tem seu uso primeiro na extração e análise de dados, que são expressões da lógica de acumulação. É importante observar que o modelo de acumulação do Big Data é baseado em um extrativismo dos dados dos usuários, para vender publicidade direcionada aos anunciantes e o negócio de leilões, em que os dados possuem suas fontes de fluxos mediadas pelo computador. A autora destaca os cinco principais fluxos de dados. O primeiro refere-se aos

dados de transações econômicas, no qual os dados sobre os sistemas institucionais e transinstitucionais deve ser incluído neste fluxo. O segundo refere-se a uma ampla incorporação de sensores. Quando associado à primeira fonte, o fluxo de dados cresce exponencialmente. É expresso por “Internet das Coisas”, aprendizagem da máquina, inteligência artificial, inteligência do lar, nova infraestrutura inteligente (ZUBOFF, 2015).

A terceira fonte de fluxo de dados são os bancos de dados corporativos e governamentais. Principalmente dados de bancos, agências de classificação de crédito, telecomunicações, de impostos, cartões de crédito, que podem ser agregados com dados de transações comerciais e serem vendidos pelas corretoras de dados, no qual operam sem consentimento do consumidor.

A quarta fonte de dados expressa pela vigilância de câmeras privadas e públicas, tanto os smartphones quanto os satélites e redes sem fio. O Google tem o domínio destes dados controversos e a posição de vanguarda no mundo em termos de “empreendedorismo” de dados. Seu *modus operandi* envolve a coleta de dados não autorizados através de táticas de coletas “secretas” e criminosas. O que abrange centenas de casos de denúncias de países, grupos, indivíduos sobre seus crimes que nunca se tornaram público e também os diversos casos que a Google concorda em pagar multas em tribunais.

A quinta fonte são dados não-mercantis de produção social. São caracterizados pela captura de dados da vida cotidiana e expressões individuais mediadas pelo computador, como a visualização de uma página da internet, pesquisas no Google, curtidas no Facebook, músicas, vídeos etc. Segundo a autora, é menos provável que haja contestações contra a extração e monetização desses tipos de dados, pois estes são redefinidos “apenas” como resíduos.

A lógica de acumulação do capitalismo de vigilância é concebido pela extração de alto volume de dados baseado na indiferença formal com suas populações. É um processo hierarquizado que não se remete a uma relação de reciprocidade de “dar e receber”. Não existe um interesse em extrair os dados de um indivíduo, mas de uma população alvo. Então, a população é a fonte de extração de dados, como também é o alvo final de seus interesses. As atividades de extração da Google vão se apropriar dessas tecnologias também para extrair as subjetividades de indivíduos que estejam alinhada com seus interesses e com as de segurança do EUA. São utilizados

métodos agressivos, sutis, difíceis de detectar em um território ainda indefeso e difícil de se regulamentar (ZUBOFF, 2015).

A análise dos dados vai desencadear um processo de institucionalização desta indiferença formal, com métodos que eliminam uma reciprocidade entre a empresa e a população. As empresas de tecnologia também expressam essa indiferença formal estrutural com a população e seus funcionários por se beneficiarem de uma automação que necessita de pouca mão de obra para reproduzir seu ciclo produtivo. Neste sentido, as empresas de tecnologia possuem capacidade material de hiperescala com custos marginais que se aproximam de zero no seu processo produtivo, o que alavanca sua receita. A lógica de acumulação do capitalismo de vigilância através desse arranjo de dados, extração e análise — que, por meio de operações automatizadas, também geram ativos de vigilância — atraem investimentos significativos, construindo uma nova forma de mercado em que suas receitas dependem de ativos de dados. Este vai ser um modelo padrão para as empresas de tecnologia baseado na extração de dados.

O Google empregava apenas cerca de 48 mil trabalhadores quando da publicação deste artigo e é conhecida por ter milhares de candidatos para cada abertura de vaga, contrastando com a General Motors, que, no auge de seu poder, em 1953, foi a maior empregadora privada do mundo. A Google, assim sendo, tem pouco interesse em seus usuários enquanto funcionários. Esse padrão vale para as empresas de alta tecnologia em hiperescala, que alcançam crescimento, principalmente, ao ampliar a automação. Por exemplo, as três maiores empresas do Vale do Silício em 2014 tiveram receita de US\$ 247 bilhões, com apenas 137 mil funcionários e uma capitalização de mercado combinada de US\$ 1,09 trilhão. Em contraste, mesmo em 1990, as três principais montadoras de Detroit produziram receitas de US\$ 250 bilhões com 1,2 milhão de funcionários e uma capitalização de mercado combinada de US\$ 36 bilhões (ZUBOFF, 2018, p. 37-38).

O capitalismo de vigilância é constituído por novos modelos de contratos, que segundo Varian, através do “monitoramento” das tecnologias da vigilância, permitem a visualização do comportamento. Segundo a crítica de Zuboff à ideia do economista-chefe da Google, não é uma “nova forma de contrato”, mas uma nova forma de “não contrato”, que neste sentido ultrapassa a forma de contrato usurpando o estado de direito. Na economia tradicional, os contratos existem para diminuir os riscos da incerteza, no qual suas operações atuam para economizar contra “oportunismo” em um contexto de “racionalidade limitada”. Nesta nova lógica, destrói o contrato por incerteza, desenvolvendo um contrato baseado na “confiança” que as tecnologias da informação trazem sob o conhecimento do comportamento humano, em que expressa a dimensão material do poder tecnológico que supera as condições sociais das autoridades públicas ao rastrear o comportamento humano sem seu consentimento. Ele expressa um “novo uso” para o regime legal para o território institucional dos contratos e do estado de direito e

evidencia uma mitigação do direito privado e um aumento do estabelecimento de contratos por uma coerção legal. A força do contrato expressa as possibilidades da relação de dominação em si e da resiliência da sociedade. Este novo regime institucional que permite novas formas de contratos ocupa o centro do pensamento político que, no contexto do capitalismo de vigilância, acaba com a confiança no ser humano.

Estas novas formas contratuais também evidenciam uma nova forma de arquitetura universal do capitalismo de vigilância. Como a autora se refere ao “Grande Outro” como o poder soberano moderno em um regime institucional que elimina a liberdade do estado de direito, aumenta a necessidade de contratos e de transparência da economia, reconfigura a estrutura do poder em que expressa uma centralização do poder e totalitarismo do comando de controle. Segundo a autora, se antes o poder estava na mão dos proprietários dos meios de produção, agora está na mão dos proprietários dos meios de produção que modificam o comportamento humano. Estes atores ocultam as relações de classe e de produção modelando seus interesses financeiros e ideológicos em conformidade com o ideal neoliberal, acrescentando a qualidade da “Visão de Deus” do Grande Outro em formular as tendências da sociedade baseado na invasão de privacidade que, em um aspecto radical, destrói o estado de direito e do direito a privacidade da sociedade civil. Contraditoriamente, evidencia também um acúmulo de direito de privacidade das empresas de tecnologia, desenvolvendo um modelo de regime institucional unilateral de direitos em prol de suas habilidades ocultas e antidemocráticas.

Segundo Zuboff, o uso das tecnologias da vigilância, na perspectiva do aspecto da personalização e customização, constitui uma nova assimetria de conhecimento e poder. A análise dos dados sobre a população evidencia que o Google sabe mais sobre as populações do que elas mesmas sabem sobre si e concomitantemente a população não sabe sobre os métodos operacionais dos negócios da Google. O capitalismo de vigilância se desenvolve perante a ignorância de seu público e sob a assimetria do poder, em que são institucionalizados em uma infraestrutura global “essencial” para a reprodução social. A construção desta dependência tecnológica na vida cotidiana, segundo a autora, é o centro da estratégia de vigilância, que é fundamentalmente ilegítima, sem reciprocidade com os indivíduos, em que pode haver empenho das empresas de tecnologia em novos métodos de produção a fim de diminuir custos, aumentar o consumo destas tecnologias em troca de seus ativos de vigilância. Segundo a autora, a visão de Varian sobre a população humana tem uma perspectiva de carência social que todos vão desejar compartilhar suas informações a fim de usar serviços online gratuitos. Isso não

condiz com a realidade do debate atual em que, cada vez mais, se encontram resistências à perda de privacidade na era pós-Snowden.

Os mecanismos operacionais do Big Data precisam de experimentos contínuos para desenrolar a casualidade da análise dos padrões correlacionados da base de dados. No caso, o Google faz uma série de experimentos online com base no grupo de tratamento e no fluxo do tráfego dos dados para mudar o comportamento dos usuários a fim de monetizar e controlar. Em uma perspectiva mais ampla, a experimentação em uma comunicação em tempo real expressa à modificação do comportamento em tempo real, o que implica uma modificação do comportamento virtual para o comportamento real concomitantemente. Isso possibilita a monetização do comportamento virtual e real para obter lucro composto pelo conhecimento sobre o comportamento em tempo real. Então, põem em questão uma nova fronteira do conhecimento em tempo real, da ciência dos dados e da mineração da realidade.

A "realidade" é agora subjugada à mercantilização e à monetização e renasce como "comportamento". Os dados sobre os comportamentos dos corpos, das mentes e das coisas ocupam importante lugar em uma dinâmica compilação universal em tempo real de objetos inteligentes no interior de um domínio global infinito de coisas conectadas. Esse novo fenômeno cria a possibilidade de modificar os comportamentos de pessoas e das coisas tendo por objetivo o lucro e o controle. Na lógica do capitalismo de vigilância, não há indivíduos, apenas o organismo mundial e todos os elementos mais íntimos em seu interior. (ZUBOFF, 2018, p. 56).

O capitalismo de vigilância é constituído por uma capacidade tecnológica singular das empresas de tecnologia, que reconhecem a funcionalidade do objeto criando novos conhecimentos. A expressão dessas capacidades modela a lógica de acumulação e o regime institucional, se baseia em uma constante violação dos direitos de privacidade em um território indefeso em que se destaca a ignorância dos usuários em relação às práticas operacionais destas empresas. Evidencia-se a indiferença formal entre a empresa e a população, que, nesta nova lógica, a população é fonte de extração de dados de caráter antidemocrático. A democracia é uma ameaça às receitas das empresas de tecnologia.

É importante perceber que não é necessário concordar ou discordar da visão da autora em que a lógica hegemônica de acumulação do XXI vai ser o capitalismo de vigilância, mas que é necessário dar luz a essa nova lógica emergente, seus pressupostos operacionais e negócios que são, muitas vezes, ocultados pelas empresas de tecnologias e pelas autoridades da segurança do

Estado do EUA. A autora fornece a fundamentação crítica do capitalismo de vigilância em uma arquitetura global do poder que ainda possui um debate incipiente.

3.2 CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: CONCEPÇÃO DE FOSTER E MCCHESENEY

Foster e McChesney (2014) definem o chamado Capitalismo de Vigilância como uma etapa do capitalismo monopolista originada no pós-segunda guerra e que é baseada, desde os anos 1970, em três mecanismos de absorção de excedentes — (i) militarismo/imperialismo/segurança; (ii) o marketing corporativo e o sistema de mídia; e (iii) as finanças — cujas dinâmicas exigem novas formas de vigilância e controle.

Os autores contribuem com a contextualização histórica das atuais tecnologias de vigilância como instrumento de acumulação capitalista e hegemonia estatal. Assim, podemos observar que sua concepção de vigilância converge com a premissa aqui adotada sobre a existência de uma confluência entre a lógica de acumulação capitalista e a lógica de acumulação de poder estatal. Sob a lógica do capital, o Capitalismo de Vigilância será orientado pelo marketing digital e pelas finanças; sob a lógica do poder estatal, esse capitalismo terá como principal vetor as estratégias de segurança nacional, imperialismo e militarismo.

3.2.1 Estado de guerra

Foster e McChesney (2014) mostram que as estratégias de segurança nacional, imperialismo e militarismo — uma das fontes cruciais de demanda por vigilância — estão na base da constituição do complexo industrial-militar como forma de manutenção de um “estado de guerra” permanente. Isso possibilitou, no longo prazo, altos investimentos em ciência e tecnologia, resultando em grandes ondas de inovação, no contexto da “guerra fria”, com a criação das inovações básicas (avião a jato, transmissores, mísseis, bomba de hidrogênio, energia nuclear, computadores, internet) que geraram a base das tecnologias modernas.

O financiamento do Estado Americano ao complexo industrial-militar não foi simplesmente para prover recursos aos militares, aos fabricantes de armas ou até a superioridade armamentista para a guerra. Os gastos militares foram destinados para institutos de pesquisa e compras de governo com perspectiva de desenvolvimento econômico, deslocamento da fronteira científica, difusão tecnológica para uso civil e à aceleração do progresso tecnológico. Tudo isso fez parte da política de ciência e tecnologia americana. Então, o principal vetor do desenvolvimento tecnológico americano — o complexo-industrial-militar — vai se desenvolver, perante a

incerteza do processo de inovação, com o objetivo de impulsionar a fronteira tecnológica, de forma que garanta sua liderança geopolítica, econômica e tecnológica no mundo. O aspecto interno de desenvolvimento econômico tem uma perspectiva de aumento da demanda interna, um alto nível de emprego e aumento do “padrão de vida” (FOSTER; MCCHESENEY, 2014).

3.2.2 Vigilância e esforço de vendas

Os esforços de vendas do marketing corporativo e o sistema de mídia do EUA, segundo os autores, são o principal responsável do sucesso do Capitalismo monopolista da década de 1950 até os anos 70, em que o marketing evoluiu rapidamente para um sistema organizado de vigilância do cliente e propaganda direcionada. Um processo que governa o aparato cultural do capitalismo monopolista é capaz de manipular a população a comprar mercadorias muitas vezes desnecessárias e inúteis (FOSTER; MCCHESENEY, 2014).

Neste sentido, o capitalismo pós-segunda guerra cria uma nova cultura de consumo promovendo inúmeras marcas distintas, aumentando o nível de consumo e da economia em geral. O marketing ajudou a consolidar a acumulação capitalista monopolista, na qual a competição do mercado é ditada pelo esforço de vendas das campanhas de publicidade atraindo o consumo para empresas específicas. A vigilância pode assumir um papel de espionagem comercial para as empresas, incluindo o roubo de tecnologias. Em uma perspectiva de segurança nacional, as agências de segurança (NSA e CIA) entregaram dados que fizeram empresas europeias perderem contratos internacionais para as empresas americanas.

3.2.3 O complexo industrial-militar

Para o complexo industrial-militar, é imprescindível a existência de agências de segurança. A liderança inicial foi da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA). Ela lançou um projeto de pesquisa avançada formado por talentosos cientistas de universidades e empresas de todo o país, com o objetivo inicial de desenvolver mísseis, satélites de comunicação e vigilância global, a militarização do espaço com armas orbitais e foi responsável pela primeira missão lunar, em um contexto de “Guerra Fria”. Posteriormente, foi criada a Agência Nacional da Aeronáutica e do Espaço (NASA), que foi gradualmente recebendo os recursos da ARPA e os programas espaciais. A ARPA foi reformulada, tornando-se a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa (DARPA), que foi responsável pelo desenvolvimento do sistema de

mísseis anti-balísticos e, posteriormente, do sistema de posicionamento global (GPS) na década de 1970 (FOSTER; MCCHESENEY, 2014).

Ainda na década de 1970, foi criada a ARPANET, que era uma rede de computadores e de banco de dados que conectava agências de segurança com universidades. Ela é a precursora da INTERNET, do desenvolvimento de computadores modernos e de um “pacote” de tecnologias digitais. Nos anos 1990 e no início dos anos 2000, foi desenvolvido juntamente com a Agência de Segurança Nacional (NSA) as tecnologias de vigilância e a tecnologia militar de drones. Neste sentido, o EUA mantiveram uma política armamentista expansiva desde a Segunda Guerra, desenvolvendo sua indústria e suas agências de segurança.

O complexo industrial-militar é um arranjo entre cientistas civis e militares, a indústria e universidade, o que evidencia uma economia de guerra baseada em um keynesianismo militar, cuja organização política visa tanto o desenvolvimento econômico quanto a segurança nacional. Em uma perspectiva militar mais ampla, assume uma estratégia geopolítica de imperialismo global “limitada” no contexto da “Guerra Fria”, em que deve-se evitar uma Terceira Guerra Mundial entre as grandes potências pelo caráter destrutivo da própria guerra. Neste sentido, a política de guerra convencional dos EUA se volta para a periferia do mundo, até a guerra do Vietnã. Esta gerou grandes protestos e uma resistência interna, que levou os EUA a mudarem de postura e encontrarem uma nova maneira de ir à guerra sem a desaprovação pública. Eles utilizaram uma campanha publicitária de benevolência no debate e uma opressão velada de vigilância na periferia e de sua população com intervenções secretas e censuras (FOSTER E MCCHESENEY, 2014).

As guerras da Coreia e do Vietnã das décadas de 1950 e 1960, apesar do slogan americano de contenção do comunismo, tinham como verdadeiro objetivo manter a hegemonia de uma economia capitalista e de uma hegemonia dos EUA na geopolítica mundial. O que proporcionou altos investimentos no setor militar e um forte crescimento econômico durante estas décadas. No caso, as guerras servem como mecanismo de acumulação de capital e poder estatal. No entanto, essa política externa cria inimigos externos, mas também inimigos internos, que na estrutura de poder em uma perspectiva dos inimigos internos é composto por aqueles que se opõem ao capitalismo e ao Estado de guerra.

Naturalmente, o Estado de guerra depende de um Estado de vigilância, devido ao aumento dos protestos sociais pelos direitos civis e por um movimento anti-Guerra do Vietnã. Neste sentido,

levaram a um aumento significativo da vigilância militar e do serviço secreto sobre a população do EUA. No início da década de 1970, surgiu um escândalo dos “Arquivos do Exército”, que espionava e elaborava dossiês sobre distúrbios civis em geral, subversivos, nacionalistas negros, organizações socialistas. A vigilância tem um impulso com a utilização de computadores que permitia um amplo armazenamento dos dados e uma rápida recuperação destas informações sobre o controle do Exército, o que é um perigo para a privacidade.

A economia do EUA entra em crise no pós-guerra do Vietnã, com um longo período de estagnação econômica, caracterizado por uma diminuição das taxas de crescimento econômico, desemprego e subemprego. Os anos 1980 foram caracterizados pela diminuição do efeito do esforço de vendas do marketing digital devido à crise, dos gastos do Estado, os militares, ao governo civil, um ataque aos salários, aos gastos com os pobres iniciando a era do neoliberalismo tendo o vetor principal a financeirização, ao invés do Estado de Guerra.

Apesar da redução relativa da importância do Estado de Guerra em relação às finanças, nos anos 1980, a NSA se torna um “czar de computador”, com a implementação de um programa de Conscientização Total da Informação (TIA), que tem o objetivo de criar uma central virtualizada de banco de dados capaz de armazenar e analisar todas as comunicações digitais da população dos EUA. O congresso barrou o projeto TIA, o que levou à sua renomeação para Conscientização da Informação sobre Terrorismo e transferido para o setor privado.

3.2.4 Vigilância, finanças e capital monopolista

De acordo com Foster e McChesney (2014), a financeirização neoliberal dos anos 1980 se torna o principal vetor do poder econômico dos EUA. O valor dos ativos financeiros aumenta a riqueza dos capitalistas fora da “economia real” de forma independente da produção. As instituições financeiras criam uma série de instrumentos e desregulações para fornecer uma maior liquidez, o que gerou uma rápida expansão do sistema financeiro. Então, o EUA e o mundo viram um crescimento da atividade especulativa e de uma produção baseada na alavancagem de suas dívidas. Isso desencadeou uma superestrutura financeira que passou a dominar o mercado e o sistema produtivo. A economia se torna propensa a bolhas especulativas, a constantes colapsos financeiros, ao crescimento da importância dos bancos como credores finais e à instabilidade.

O paradigma tecnológico atual vem possibilitando novas estratégias de acumulação de poder e de capital, através da crescente imbricação do setor público-privado para fins de vigilância

econômica e política. A digitalização da vigilância e o uso de rede de computadores, por exemplo, contribui tanto para uma lógica de hegemonia estatal com o complexo militar-industrial — que tem uma demanda crescente por dados com fins de segurança nacional — quanto para uma hegemonia econômica com a publicidade personalizada e com a financeirização.

Na lógica da acumulação capitalista, os dados contribuem significativamente para a avaliação do risco financeiro das corporações, o qual também gera um processo de retroalimentação entre os mercados informacionais com as empresas de mineração de dados e o sistema financeiro. O processo de financeirização impulsiona o mercado da informação e vice-versa. As instituições financeiras e as agências de segurança nacional vão atuar em prol da segurança cibernética do sistema financeiro.

A maior corretora de dados dos Estados Unidos atualmente, a gigante de marketing Acxiom, tem 23.000 servidores processando mais de 50 trilhões de transações de dados anualmente. Ela mantém, em média, cerca de 1.500 pontos de dados em mais de 200 milhões de americanos, na forma de “dossiês digitais” de cada indivíduo, atribuindo a cada pessoa um código de treze dígitos que permite que eles sejam seguidos onde quer que estejam, combinando dados *online* e *offline* sobre indivíduos. Muitos dos dados agora são coletados nas mídias sociais, como o Facebook. A Acxiom organiza essas informações em “*insights* comportamentais de proprietários premium”. Cada pessoa também é colocada em um dos 70 grupos de estilos de vida, destacando-se, especialmente, classe, hábitos de consumo e localização geográfica. A Acxiom vende esses dados (dando acesso variável aos seus bancos de dados) aos seus clientes, que incluem doze das quinze principais empresas emissoras de cartões de crédito; sete dos dez maiores bancos de varejo; cinco das dez maiores seguradoras; seis das dez maiores corretoras; oito das dez maiores empresas de mídia/telecomunicações; sete dos dez maiores varejistas; onze das quatorze maiores montadoras globais; e três das dez principais empresas farmacêuticas. Seus clientes incluem cerca de metade das maiores cem corporações nos Estados Unidos. (FOSTER; MCCHESENEY, 2014. Tradução livre)

Hoje, a principal preocupação da segurança nacional EUA é com ataques cibernéticos ao sistema financeiro e ao seu sistema militar. No caso, a NSA expande sua vigilância interna da Internet, em que se um ataque ao sistema financeiro for bem-sucedido, iria ter grande impacto econômico. Neste sentido, um ataque por introdução de informações financeiras por organizações transnacionais poderia ter uma queda significativa dos valores dos ativos. Os sistemas digitais são extremamente vulneráveis, no qual hackers facilmente podem invadir banco de dados e o sistema de defesa. Por exemplo, o caso dos EUA e Israel no ataque destinado aos computadores das instalações nucleares iranianas (FOSTER E MCCHESENEY , 2014).

Nos anos 1990, com a difusão do uso da Internet num ambiente de desregulamentação do setor, gerou-se uma concentração de poucas empresas focadas em serviços de Internet privada, com

empresas de telecomunicação e mídias e no desenvolvimento de serviços financeiros. Com o impulso para o sistema financeiro, que é cada vez mais desregulamentado, gerou-se uma bolha na nova economia, concentrando capital e levando ao aumento do nível de monopólio dos setores financeiros. Em 2000, essa bolha “ponto com” estorou.

3.2.5 Os programas estatais de vigilância e as revelações de Snowden

No início do século XXI, a Internet passa a ter um papel central para a acumulação de capital, em as empresas que governam a Internet eram quase todas monopólios, como – Apple, Google, Microsoft, Facebook, Intel, Qualcomm, Amazon. Essas empresas garantem seu poder econômico por efeitos de rede, técnicas e direitos de patentes. O principal meio de geração de riqueza na Internet é baseado na vigilância da população através das plataformas digitais que extraem dados para esforços de vendas realizado por algumas poucas empresas americanas. Tendo uma premissa de que não existe privacidade efetiva, identifica-se o conteúdo para um público-alvo específico através uma vigilância onipresente (FOSTER E MCCHESENEY, 2014).

O novo capital monopolista tem um grande poder político sem sofrer grandes ameaças de órgãos reguladores. Muito pelo contrário, o governo dos EUA se utiliza das gigantes da Internet para cumprir seus objetivos geopolíticos globais. As corporações gigantescas da Internet mantem relações com o poder estatal sob a forma de operações militares, de inteligência e policiais. Isso fica evidente com as revelações de Snowden de que o Estado EUA exigia novas tecnologias e cooperação com as empresas de tecnologia direcionado para a vigilância da Internet. A vigilância da Internet deveria ser cada vez mais realizada no setor privado. O Estado mantinha uma ampla gama de funcionários na NSA.

Snowden revelou centenas de milhares de documentos, dando uma dimensão da espionagem da NSA nos EUA e no mundo. A qualquer momento, pode rastrear qualquer pessoa em qualquer lugar; o alcance depende dos sensores ao qual o habitat esta relacionado. Curiosamente, os documentos revelam também que não precisa necessariamente da cooperação das empresas de tecnologia, pois poderia acessar diretamente a partir de seus sistemas. A NSA tem a capacidade de quebrar qualquer criptografia, usando supercomputadores. Também tem a capacidade de interceptar a informação ainda nos cabos óticos antes mesmo de serem armazenados nos computadores das empresas de tecnologia.

As revelações de Snowden deram um impulso, contra o capitalismo de vigilância, para organizações sociais que lutam pela liberdade de expressão e pelos direitos de privacidade,

ainda que boa parte da população mundial como um todo ainda não saiba dos perigos democráticos e da vida social que estão em jogo. As revelações de Snowden tem também um apelo às corporações capitalistas, o que perturba as elites das empresas monopolistas, dadas as parcerias com agências de segurança que tem capacidade de penetrar nos segredos de qualquer corporação. As chances de uma guerra cibernética aumentam, ameaçando todo o sistema capitalista e suas estruturas de poder. Essas vulnerabilidades são inevitáveis no sistema atual, elevando as contradições do capitalismo financeiro monopolista, deixando seu sistema financeiro ainda mais aberto a ataques, o que gera uma necessidade cada vez maior de controle. Fica cada vez mais evidente uma corrosão do império americano.

4 CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E GUERRAS HÍBRIDAS

Nesta etapa da monografia, devemos fazer as ligações já apresentadas entre a lógica de poder estatal e o capitalismo de vigilância (discutidos nos Capítulos 2 e 3) com a compreensão do jogo do poder dos Estados no sistema mundial no contexto das Guerras Híbridas. Através da análise da obra “*Guerras Híbrida: das revoluções coloridas aos golpes*”, do analista político russo Korybko, na qual o autor utiliza principalmente teorias militares e documentos oficiais para compor seus estudos sobre os mecanismos, estratégias e táticas que compõem as guerras híbridas, é possível identificar algumas relações entre o capitalismo de vigilância e uma das estratégias de hegemonia do Estado dos EUA.

Vale observar que esta monografia não visa abordar os recentes acontecimentos na Bolívia e Venezuela de 2019, o golpe de 2016 no Brasil, o caso da Cambridge Analytica e Trump, nos Estados Unidos, o caso do Brexit no Reino Unido ou os protestos dos coletes amarelos na França. Esta monografia busca identificar a lógica de acumulação de poder do Estado e na perspectiva do capitalismo de vigilância na aplicação de alguns métodos, táticas e operações das Guerras Híbridas. A obra é importantíssima para a compreensão de um modo emergente de conflito/crime que resulta em uma troca de regime, no qual as tecnologias da informação assumem papel decisivo na operacionalização da estratégia.

4.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O referencial teórico sobre guerras híbridas ou guerras indiretas pode ser visto desde os tempos antigos, como o estrategista chinês Sun Tzu, com a ideia de métodos mais eficazes e econômicos que permitem vencer o inimigo sem um combate direto. Além disso, nos dias de hoje, uma guerra convencional direta com poder bélico de destruição em massa das armas nucleares pode ter impactos políticos e físicos indesejáveis. Neste sentido, Korybko discute uma nova estratégia hegemônica do Estado dos EUA que se caracteriza por uma guerra indireta que pode ser entendida como uma guerra com ênfase no social e em operações psicológicas em alvos demográficos específicos. Ela pode se desdobrar em uma guerra não convencional. O objetivo maior é a fragmentação de um Estado-alvo a fim de desestabilizar as potências eurasiáticas (Rússia, China e Irã) e prolongar a supremacia estadunidense.

A Guerra Híbrida, combinação entre revolução colorida e guerra não convencional, se utiliza da população do Estado-alvo visando à derrubada do governo. As revoluções coloridas são

planejadas através da articulação de ferramentas de propaganda e estudos psicológicos via utilização de redes sociais, como Facebook, onde organizam-se protestos em massa a fim de criar/fomentar um conflito interno que desestabilize o governo alvo.

As revoluções coloridas são caracterizadas como um golpe brando e ficaram conhecidas mundialmente a partir de 2010 a “Primavera Árabe” pelas ondas de protestos do mundo árabe. Pode-se encontrar, a partir de 2013, semelhantes protestos na Europa e na América do Sul. A ideia é que, se as ondas de protestos não resultarem em um golpe de Estado, se inicia um processo violento caracterizado por uma guerra não convencional com forças não regulares, desvinculadas do Estado, com milícias, insurgentes e procuradores para cumprir tal objetivo.

O autor apresenta uma nova teoria da guerra híbrida, uma nova teoria de guerra; um Frankenstein híbrido que assume várias formas, mas que tem uma abordagem padronizada com vista à troca de regime. O autor faz a articulação das revoluções coloridas e guerras não convencionais embasado em uma ampla fundamentação teórica militar e política para trazer este novo conceito e demonstrar suas práticas operacionais e seus exemplos históricos. O autor parte do posicionamento geopolítico dos EUA em relação à Rússia para se iniciar a discussão de guerras híbridas; as teorias militares dos cinco anéis, as guerras de quarta geração, a teoria do caos e liderança velada; e posicionamento oficial estratégico dos EUA de dominação do espectro total, para assim trazer táticas e operações das Revoluções Coloridas e das guerras não convencionais e suas articulações.

Korybko evidencia o estudo de caso da estratégia geopolítica dos EUA em relação Rússia, cuja perspectiva de planejamento estratégico se baseia nas Guerras Híbridas. Para compreender o posicionamento atual dos EUA em relação a Rússia, o autor parte da concepção clássica geopolítica de dominação dos mares com a perspectiva de controle de algumas áreas específicas (Rimland) para o controle da Eurásia e para dominação mundial. Mais especificamente, seu posicionamento atual geopolítico se desenrola por uma geoestratégia de desestabilização periférica do sistema de alianças da Rússia — com os balcãs eurasiáticos que pode ser definido pelas porções do Sudeste Europeu, Ásia Central, partes do Sul da Ásia, áreas do Golfo Pérsico e Oriente Médio, no qual há uma maior vulnerabilidade para as regiões correspondente ao arco colorido (Hungria, Sérvia, Macedônia, Grécia, Turquia, Armênia, Irã, Turcomenistão, Uzbequistão e Quirguistão) — para fragmentação do poder russo e garantir a hegemonia estadunidense. Neste sentido, a teoria geoestratégica tem a concepção de desestabilização do poder do Estado russo pela desestabilização estratégica de suas alianças concomitantemente à

expansão do poder estadunidense nestas áreas ou movimentos “pro-democráticos” dentro do Estado alvo.

As guerras híbridas são modelos de **guerras de quarta geração**, pode-se dizer também que ocorre ao estilo de uma guerra não convencional. Tem sua estratégia fundamentada por maior ênfase em operações psicológicas e na **guerra da informação**, assumindo a forma de intervenções midiáticas/informacionais. A Guerra de Quarta Geração vai se desenrolar na maior parte das vezes por abordagens indiretas, inesperadas. Os alvos não são atacados pelas vias diretas. As revoluções coloridas e guerras não convencionais atacam o Estado alvo ou suas Forças Armadas por vias indiretas, uma vez que o ataque é realizado pelas suas frações de poder interno do Estado alvo, sem nem uma “força externa”, o que significa que não é uma guerra convencional contra exércitos nacionais.

O objetivo de uma intervenção midiática/informacional é fazer operações psicológicas na qual civis são cooptados a exercerem atividade militares. É caracterizada por abordagens mais fluidas, indiretas, não lineares, descentralizadas e assimétricas, com atividades de atores desvinculados do Estado. As abordagens indiretas que visam a perturbação do equilíbrio psicológico e físico do inimigo nesta perspectiva teriam uma influência na capacidade de **observar** a situação, **orientar-se**, **decidir** e, então **agir** (o ciclo OODA). As campanhas em massa, portanto, desorientam a capacidade de decisão da população alvo gerando um sistema caótico, levando o Estado ao colapso. Podemos dizer também que as tecnologias da informação são armas operacionais cirúrgicas no seu modo de operação, através das quais se busca elementos específicos em pequenos grupos ou na sociedade da como um todo para desestabilização do Estado alvo visando o golpe.

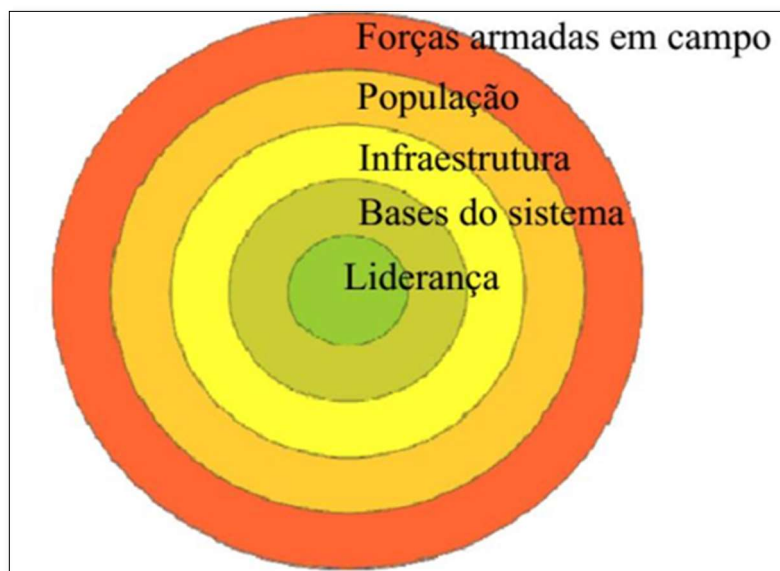
Vale enfatizar a funcionalidade dos mecanismos operacionais do capitalismo de vigilância discutidos no capítulo anterior para o estabelecimento de uma guerra de quarta geração na aplicação das campanhas em massa contra o governo, onde a televisão e as mídias sociais são armas psicológicas e operacionais de fundamental importância. A abordagem indireta de Korybko enfatiza que a sociedade e o movimento são alvos de operações psicológicas, que podem ser relacionados com os métodos de “extração e análise” e de “experimentos contínuos” de dados de Zuboff (2018). Ela discute o processo do Google de ampla experimentação na comunicação em tempo real com o objetivo de modificar um comportamento a fim de lucrar e

controlar. Pode-se dizer que esse processo está presente na perspectiva de Korybko a respeito do controle do comportamento virtual para o comportamento real contra o Estado alvo.

A teoria militar dos cinco anéis é a perspectiva estratégica que representa a “melhor” maneira de atacar um inimigo, que é um sistema interconectado hierarquicamente com um núcleo: a liderança, bases do sistema, infraestrutura, população e Forças Armadas em campo (mecanismos de combate). Uma guerra convencional tem seu combate na esfera das Forças Armadas nacionais. Já as guerras híbridas têm seu foco estratégico nas esferas das bases do sistema, infraestrutura e população visando desestabilizar o núcleo.

Um ataque em algum dos anéis repercute nos anéis ao lado, o núcleo sendo a liderança, o mais importante na desestabilização do Estado alvo. Vale observar que um ataque às bases do sistema afetaria o núcleo e a infraestrutura desestabilizando todos os anéis a sua volta, enquanto um ataque às Forças Armadas teria impacto isolado afetando parte da população. O anel mais profundo da imagem sendo o núcleo representado pela esfera da liderança.

Figura 1 – Representação do conceito dos cinco anéis



Fonte: Korybko (2018, p. 27)

No contexto das revoluções coloridas, a teoria dos cinco anéis é representado por dois conjuntos de anéis que possuem diferentes circuitos internos, no qual são seus alvos estratégicos: a sociedade e o indivíduo. Na perspectiva da sociedade, os anéis correspondem, no sentido do mais interno para o mais externo à liderança, às Forças Armadas/Polícia, à elite nacional, à

mídia (internacional) e à população. A finalidade das revoluções coloridas é que a liderança do Estado seja derrubada pela população, afetadas por sofisticadas “propagandas” que representam uma campanha informativa de “mobilização espontânea” em grupo nas redes sociais.

Existe um impacto grande em ataques diretos à liderança de caráter de difamação/criminalização que pode chegar à prisão e exílio. A população tem o poder de driblar as demais esferas e atacar diretamente a liderança tomando o poder do Estado. Um fator importante para a desestabilização do núcleo é que, se as Forças Armadas/Polícia forem cooptadas pela revolução colorida, haveria um impacto mais profundo na desestabilização, como o caso do golpe da Ucrânia. Se a estratégia de cooptação das Forças armadas for repelida pelo Estado-alvo, se instala a guerra não convencional, como o caso da Síria.

Então, a guerra híbrida atua também com base na teoria militar dos cinco anéis, que é operacionalizada com métodos indiretos de combate. No caso, se encaixa em uma lógica de guerra não convencional tendo uma perspectiva de guerra de quarta geração. É importante perceber que todos os anéis vão estar em constante ataque informacional indireto por uma intervenção midiática. As estratégias das revoluções coloridas são planejadas muito anteriormente ao “ato” de desestabilização, no qual precisa-se de uma grande quantidade de dados sobre a cultura e de demografia étnica de cada Estado-alvo.

Quando, ao invés da sociedade, o alvo é o indivíduo, os cinco anéis são representados, do núcleo para o anel mais externo, pelo(a): família, trabalho, vizinhança, religião e país. Segundo Koybko, **“cada revolução colorida deve primeiro reunir dados acerca de sua demografia alvo** e, então, de acordo com ela, vender seu peixe para o círculo-núcleo mais vulnerável (KORYBKO, 2018, p. 30, negrito nosso).

A teoria do caos acredita que pode “administrar” uma situação econômica, política e social caótica promovendo seus interesses através do pensamento estratégico. O caos é um sistema não linear que depende de algumas variáveis, como: formato inicial do sistema, estrutura subjacente do sistema, coesão entre atores e energia de conflito dos atores individuais. Esse sistema utiliza informações do código civilizacional e cultural para promover as revoluções coloridas e as guerras não convencionais servindo como complemento à abordagem da teoria dos cinco anéis. Neste sentido, os formatos iniciais das situações físicos e sociais do país alvo

e a “energia de conflito dos atores individuais” vão ser variáveis importantes para a abordagem de desestabilização a ser seguida no Estado alvo para criar e administrar a dinâmica caótica.

O conflito se inicia utilizando as tecnologias da comunicação na **análise dos dados** das mídias sociais da situação histórico-sócio-cultural-civilizacionais do Estado alvo, tendo interesse em mudar a energia de algum conflito para direcionar seus objetivos. Para isso, dissemina uma ideologia para se modificar o sentimento político e social. Personaliza-se para conquistar mais pessoas, causando uma “epidemia política” e um sistema caótico. Segundo o próprio autor, a operacionalização da teoria do caos, sua articulação com a abordagem indireta e as campanhas informativas das guerras de quarta geração talvez sejam uma das maiores contribuições de seu trabalho para a literatura sobre Guerra e sobre Guerra Híbrida. As guerras híbridas, com a combinação das revoluções coloridas e da guerra não convencional, constroem/administram a dinâmica caótica para desestabilização do Estado alvo para “criar um consenso” sobre a de troca de regime.

Talvez a inovação mais importante às guerras e a mais relevante para as Guerras Híbridas seja a Teoria do Caos. A dinâmica não linear de Steven Mann representa o epítome da Guerra de Quarta Geração, o atual estado amorfo do campo de batalha. Por sua natureza, a Teoria do Caos visa tirar proveito do aparentemente imprevisível, o que faz dela largamente indireta e totalmente capaz de neutralizar o Loop OODA. O caos construtivo/criativo/administrado ocorre quando há uma tentativa de canalizar essas forças para fins estratégicos. As Revoluções Coloridas e a Guerra Não-Convencional encaixam como uma luva nesse princípio, fazendo delas mais eficazes para troca de regime mais antigas e tradicionais. (KORYBKO, 2018, p. 37).

A liderança velada se desenrola geopoliticamente pelas limitações do cenário internacional que impõem moderações na aplicação das forças estadunidense no exterior podendo ser definida como uma assistência militar discreta que se utiliza de aliados/líderes regionais na qualidade de procuradores pró-EUA para favorecer seus objetivos geoestratégicos e geopolíticos. A liderança velada é típica de uma guerra de quarta geração na qual vai ser uma estratégia militar importante frente a uma abordagem direta agressiva que causaria efeitos colaterais. A liderança velada é comum ser vista nas guerras não convencionais, mas tem aplicabilidade também nas revoluções coloridas. No contexto das revoluções coloridas, os EUA lideram de forma velada toda desestabilização do Estado-alvo, no qual, para concretizá-las, utilizam os procuradores que institucionalizam o golpe, sem a população saber que está interagindo com agências de inteligência do exterior. No caso de fracasso, apoia seus aliados materialmente na transição das

revoluções coloridas à guerra não convencional, guiando suas estratégias no treinamento para insurgentes contra o governo e até repasse de armas.

Ceceña (2005) traz a perspectiva da construção da hegemonia dos EUA na posição oficial do Pentágono de estratégia de dominação do espectro total. Segundo Korybko, as Guerras Híbridas são uma nova estratégia unificada em que seus planos táticos resultam em uma nova abordagem no plano militar que promove parte elementar para a dominação do espectro total. No contexto das revoluções coloridas, inicia-se com as campanhas informativas tendo em vista a abordagem indireta nas redes sociais de grande massa, com base em operações psicológicas, ideológicas e de informação, para ter novos adeptos que aspiram a dominação dos aspectos intangíveis, sociais, ideológicos, com base na teoria dos cinco anéis. A dominação do espectro total, no contexto das guerras não convencionais, tem o ponto de vista da dominação dos aspectos tangíveis. Pode-se dizer a quantidade máxima de componentes físicos na análise dos cinco anéis do Estado alvo da mesma maneira que deve ser concebido as guerras convencionais. Porém, as guerras não convencionais são capazes de cumprir os objetivos de política externa através um pacote híbrido com abordagem indireta que possui aspectos variados tangíveis e intangíveis da dominação/administração de uma dinâmica caótica, tendo em vista a desestabilização de um Estado e sua troca de regime.

O objetivo militar central estadunidense com o domínio do espectro total é com base em um modelo de liderança velada com perspectiva da intervenção midiática/informacional de uma guerra de quarta geração na criação e administração de uma dinâmica caótica para promover suas estratégias. Isso sustenta a ideia que a guerra híbrida, a combinação de revoluções coloridas com a guerra não convencional, encaixa como novo paradigma da dominação de espectro total por representar o domínio da dinâmica caótica

4.2 MECÂNICA CENTRAL, ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DAS GUERRAS HÍBRIDAS

A guerra centrada em rede social se desenrola inicialmente virtualmente por meio de computadores e celulares. Há um aspecto maior em relação aos dispositivos das tecnologias da comunicação e para o uso nas estratégias de batalha virtual. No caso das revoluções coloridas, são utilizadas em um contexto social específico, ou seja, uma aplicação social da guerra centrada em rede social. O nível estrutural das guerras em redes sociais é fundamentado em uma arquitetura operacional baseado em sensores, este sendo o contato inicial, provendo as informações contra o governo. A arquitetura operacional também necessita de grandes

transações (ou engajamento) de uma campanha informativa de alta qualidade que tem o objetivo de chamar para ação tangível nas revoluções coloridas. No caso das guerras centrada em rede, há a “arquitetura operacional” da economia da vigilância no caso o engajamento de uma campanha informativa com o objetivo de mudança comportamento. Ela possui também uma perspectiva da vigilância onipresente.

O entendimento da guerra social em rede é caracterizado por um conflito social de atores desvinculados ao Estado, por uma “falta de liderança” e descentralização tática. Os indivíduos interagem na Internet e são cooptados a exercerem atividades de baixa intensidade contra o governo. Na perspectiva das revoluções coloridas, assume um teor social revolucionário engajado na tentativa de golpe de Estado. No caso das guerras não convencionais, são utilizadas as redes sociais no recrutamento de novos combatentes e são disseminadas suas mensagens, como o caso do Estado Islâmico, no Iraque, e do Levante, na Jordânia, em Israel, na Palestina, no Líbano, na Chipre e sul da Turquia. A maioria dos indivíduos não compreende que estão sendo afetados pela agência de inteligência do exterior que tem um poder brando em operações psicológicas e na administração de suas percepções, alimentando assim a energia do movimento golpista. Há o objetivo tático de que a população tenha “uma só mente”, no caso um posicionamento contra o governo alvo.

Neste sentido a fabricação da mente de grupo ou mente de colmeia é a expressão chave do plano tático das guerras híbridas, caracterizada por criar um pensamento de grupo de “uma só mente” que é mobilizado como uma unidade. O autor faz uma analogia da mente de colmeia dos “enxames de abelhas”, que representa a capacidade de mobilização “espontânea” em grupo. Também pode ser chamado de consciência coletiva, a qual se refere à consciência de um indivíduo ao se perceber como parte de um grupo que é sensível a pressões externas. Então, por meio das mídias sociais, o objetivo maior da estratégia EUA nas guerras híbridas é criar “enxames de colmeia”, fomentando a agitação social de maneira caótica, a fim de abalar a capacidade de decisão da população levando o Estado alvo ao colapso e à troca de regime. Na perspectiva das guerras não convencionais, tem o objetivo tático de promover ataques inesperados de forma indireta e alternada (enxame e dispersão) para confundir o inimigo. Neste sentido, a ofensiva dura mais tempo do que se fosse um ataque decisivo. O objetivo é manter o

Estado alvo em constante desequilíbrio, por isso uma guerra não convencional dura mais anos que as convencionais.

A guerra híbrida é este novo modo de guerra que une a revolução colorida e a guerra não convencional. Deve-se reconhecer a aplicação das revoluções coloridas no plano estratégico como um golpe brando, que se desenrola em uma guerra em rede devido à influência das mídias sociais, visando à desestabilização do Estado. O plano tático tem origem no papel das mídias sociais na fabricação de uma *mente de grupo (colmeia)* de ativistas contra o governo, que divide a sociedade e inicia a desestabilização do Estado alvo.

Segundo Korybko (2018), o estudo de caso do Facebook é a melhor referência do plano teórico e estratégico na ação de desestabilização de um Estado alvo, visto que o mesmo organizou protestos e operações que teve impacto no mundo inteiro. No caso, as agências de inteligência utilizam ferramentas como o Big Data das mídias sociais para fins políticos através da “publicidade dirigida” para estimular a agitação social. Fazem operações de engenharia social, criação de contas *fakes* (falsas) e campanhas de desinformação para ampliar a influência de um pequeno grupo gerando um “consenso” sobre questões controversas. Criam enxames/teste de mobilização de ações contra o governo que é uma metáfora da situação na qual os seres humanos são treinados/preparados/programados na rede social, trazendo à tona o ápice do caos armatizado em sua perspectiva social. Então, essa formação tática estratégica coordenada por operações informacionais do capitalismo de vigilância influencia este novo padrão de conflito emergente entre os Estados, no qual é, agora, para fins políticos tanto para as revoluções coloridas quanto para as questões das guerras não convencionais pilares para as guerras híbridas.

Essa mineração de dados não é nova nem surpreendente. O Facebook acompanha, armazena e traça o perfil dos gostos e preferências de seus usuários para melhorar sua “publicidade dirigida” e, há pouco, também começou a acessar o histórico de navegação deles para ajudar nessa missão. Assim como a economia influenciou a teoria da guerra centrada em rede, a teoria guerra híbrida sugere que ela também influenciou a aplicação da guerra social em rede nas revoluções coloridas. Os usuários do Facebook criam voluntariamente seu próprio perfil psicológico através de informações que publicam voluntariamente, das curtidas que produzem e dos amigos e grupos online aos quais se associam. As agências de inteligência podem então usar o fenômeno do Big Data para organizar, filtrar e acompanhar o perfil macrossocial do povo do país alvo a fim de potencializar seus mecanismos de projeções a eles. A “publicidade dirigida” pelo movimento das revoluções coloridas imita o próprio Facebook, embora para fins políticos em vez de econômicos. Essa teoria pode

justificar até mesmo as explicações de segurança de dados na China e outros países para banir o Facebook. (KORYBKO, 2018, p. 56)

O Pentágono atua ativamente no desenvolvimento de ferramentas para esta intervenção midiática/informacional que potencializem as mensagens, sendo “líder na formação de opinião”, que se apropria das relações públicas na qual transforma os princípios da publicidade e da projeção à população em massa. Nesta perspectiva, estrategicamente realiza estudos sobre a psicologia do pensamento de massa e mostra a capacidade de “controle” da sociedade por alterar os motivos que mobilizam o homem em grupo. As revoluções coloridas utilizam a mídias sociais para operações psicológicas com a finalidade conquistar populações específicas. As redes sociais são eficientes em disseminar a informação. As mídias sociais (como Facebook e Twitter) facilitam a associação das pessoas, a organização das pessoas em grupo, a conexão de informações, as quais simplificam a mente de grupo e “fabrica consenso” contra o governo. O capitalismo de vigilância é decisivo na arquitetura operacional da implementação de uma campanha informativa com o objetivo de mudança comportamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XXI, a Internet amplia extraordinariamente seu espaço de influência tanto na dinâmica de disputa por poder e hegemonia do Estado no sistema interestatal capitalista quanto no processo de acumulação de capital. As empresas que governam a Internet são quase todas monopólios, como Apple, Google, Microsoft, Facebook. Essas empresas garantem seu poder econômico por efeitos de rede, técnicas em engenharia computacional e direitos de patentes. O principal meio de geração de poder na Internet é baseado em uma vigilância onipresente da população através as plataformas digitais que extraem grandes quantidades de dados. Esta monografia investigou a funcionalidade do capitalismo de vigilância para o Estado e seu processo de disputa e acumulação de poder.

Atualmente, o capitalismo de vigilância é um dos espaços centrais da acumulação de poder estatal e de capital que envolve a construção da hegemonia estatal, econômica, social, política, militar e tecnológica atual. O capitalismo contemporâneo é caracterizado por uma ampla difusão tecnológica digital tanto na reprodução do trabalho quanto na reprodução da vida social como um todo, processo que foi construído pelo complexo industrial-militar dos EUA de forma gradual ao longo de décadas através do aumento da incorporação do trabalho mediado pelo computador, da informatização e do registro das atividades em dados.

Neste sentido, o Big Data está inserido num contexto de interesses econômicos, políticos e militares. É um sistema global de vigilância que visa o controle econômico e político da sociedade alvo. O serviço secreto está articulado com as empresas de tecnologia que controlam o fluxo de comunicação em tempo real. Indica uma imbricação das estruturas econômica, política, militar que ligam os dois atores centrais: o capital e o Estado. Segundo Fuchs (2015), com a criação do Big Data, ocorre um processo de unificação do capital e do poder através da imbricação da economia, política e dos militares no complexo industrial-militar. A imbricação do capital e do Estado, neste sentido, de unificação do capital e poder no complexo industrial de vigilância, também promove negócios com a terceirização parcial das operações de vigilância para o setor privado.

A tecnologia digital do Big Data é fundamentada, principalmente, no modo de operação de ferramentas como extração, análise e experimentos contínuos de dados que influencia a lógica de acumulação de poder de empresas privadas de alta tecnologia e de acumulação de poder do Estado no sistema interestatal capitalista. É caracterizada por esta imbricação do poder entre as

forças do capital e do Estado no setor de vigilância. União que é diretamente relacionada com a imbricação do setor público e as empresas privadas de alta tecnologia na construção de um sistema de vigilância global, por parte do Estado dos EUA, que influencia também novas estratégias de hegemonia estatal dos EUA no campo militar do espectro total.

É importante observar que o modelo de acumulação do Big Data é baseado em um extrativismo dos dados dos usuários para vender publicidade direcionada aos anunciantes. Então, a lógica de acumulação do capitalismo de vigilância é concebida como um modo de operação baseado em uma extração de alto volume de dados baseado na indiferença formal com suas populações. Por exemplo, a publicidade dirigida modifica o comportamento do consumidor e facilita a acumulação de capital. Devemos atentar para o fato de que a vigilância a serviço da publicidade dirigida aparece como instrumento social de dominação, um mecanismo de violência ideológica (FUCHS, 2011).

O plano estratégico do Estado norte-americano, segundo Ceceña (2005), é concebido pela estratégia do espectro total de dominação de todos os domínios – informação, espaço, ar, mar e terra. É baseado em uma superioridade da informação que está amplamente relacionada com as tecnologias de vigilância; como já foi dito pela autora, seus principais mecanismos são a superioridade tecnológica, reordenamento territorial e a universalização das normas. Segundo Korybko, existem novas estratégias de hegemonia estatal dos EUA no campo militar do espectro total proporcionando uma nova forma de aplicação destes mecanismos, onde se destaca a superioridade tecnológica baseada em Big Data. A obra é importantíssima para a compreensão da lógica de acumulação de poder do Estado nesta última década, período em que as tecnologias de vigilância se tornaram decisivas no processo operacional das Guerras Híbridas, que depende das mídias sociais como um campo de batalha central na guerra informacional.

A mídia atual, através da publicidade dirigida do Big Data, fetichiza tanto sob a forma mercadoria, quanto na ideologia política. O problema está na “criação de consenso” político, a noção de nação é o fetichizada, no qual o nacionalismo constitui-se como ideologia que constrói uma etnia fictícia, fantasiosa em prol de um projeto ideológico para a “glória nacional”. Neste sentido, a ideologia fascista fetichiza identidades comunais que escondem sua verdadeira natureza, de associação entre capital e trabalho através um discurso populista de “unidade”,

“identidade” e, também, com aspectos da democracia liberal, o que oculta a contradição de classe do capital e do trabalho e o do conteúdo histórico (Fuchs, 2019).

Rigorosamente, é preciso entender a imbricação das mídias sociais (como Facebook, Youtube e Twitter) com o Pentágono dos EUA, tal como a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (DARPA), que financia o programa de Mídias Sociais e Comunicação Estratégicas (SMISC) na realização de estudos e experiências psicológicas sobre a conexão entre mídias sociais e agitação social. Este programa tem o objetivo de “prever” o “ponto de virada” de uma agitação social estudando suas “pegadas digitais”. Também fazem a propaganda da revolução colorida, direciona as estratégias no conflito contra o governo, que tem o objetivo de criar e administrar um sistema caótico. Ironicamente, Korybko (2018, p. 58) expõe uma citação dissimulada da instituição: “a DARPA busca desenvolver ferramentas para apoiar os esforços de operadores humanos no contra-ataque a campanhas de desinformação ou fraudulentas com as informações verdadeiras”. O posicionamento do programa SMISC é usado ofensivamente direcionando ideias contra governos para uma população alvo específica por meio das mídias sociais como o Facebook.

A disputa da hegemonia atual revela uma perspectiva de disputa nas ideias, formas e conteúdos de organização social capitalista de reprodução social e da produção. Este novo mecanismo incide na construção/fabricação de consenso de uma ideia política, econômica e social. Esta perspectiva aplicada a um contexto social de um Estado alvo tem o aspecto do capitalismo contar com um novo modo de guerra em si, no caso é, uma disputa no contexto das Guerras Híbridas. A luta se volta para o campo psicológico, no qual a informação se projeta como arma mais importante do que nunca, algo impulsionado historicamente pelas novas tecnologias digitais relacionadas ao big data e à análise algorítmica. A crítica da Economia Política contemporânea requer que a esquerda ressignifique sua luta anti-capitalista.

O campo da vigilância de comunicações é de extrema relevância entre os atores públicos e privados para fins de segurança. Existe este contexto de “otimizar o setor público” de crescente importância da governança de dados para o poder moderno do Estado. Em um contexto mais amplo, afeta as burocracias modernas, com o impacto adverso dessas tendências sobre o Estado

de Direito. Deve-se observar ainda que boa parte da população mundial ainda não conhece os perigos democráticos e da vida social que estão em jogo.

As revelações de Snowden e a concepção de Korybko nos ajudam a perceber as contradições do capitalismo de vigilância. A relação de propriedade dos dados e de controle dos dados apresenta um ponto importante para o debate sobre economia política no capitalismo contemporâneo, o que evidencia com um novo ímpeto a contradição entre o poder social em geral e o poder “privado” dos capitalistas. A digitalização modela e forma uma contradição entre o poder da cooperação social e o comando (econômico e político) do capital. Neste sentido, deixa cada vez mais evidente a existência de uma vulnerabilidade da elite do poder hegemônico.

As revelações de Snowden também revela uma vulnerabilidade da elite do poder. As agências de segurança dos EUA têm capacidade de penetrar nos segredos de qualquer corporação, aumentando as chances de uma guerra cibernética ameaçando todo o sistema capitalista e suas estruturas de poder. Hoje, a principal preocupação da segurança nacional EUA é com ataques cibernéticos ao sistema financeiro e ao seu sistema militar. Os sistemas digitais são extremamente vulneráveis, pois os hackers facilmente podem invadir banco de dados e o sistema de defesa. Essas vulnerabilidades crescem fora das contradições do o capitalismo financeiro monopolista.

REFERÊNCIAS

CECEÑA, A. Estrategias de dominación y planos de construcción de la hegemonía mundial. In: GAMBINA, J. (Org.). **La globalización económico financeira: Su impacto en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. p. 159-177.

CECEÑA, A. E. Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites. In: CECEÑA, A. E. **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005. p. 35-55. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018015333/cecena.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

FIORI, J. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FOSTER, J; MCCHESENEY, Robert W. Surveillance capitalism: Monopoly finance capital, the military-industrial complex, and the digital age. **Monthly Review**, v. 66, n. 3, p. 1, 2014. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2014/07/01/surveillance-capitalism/>. Acesso em: 02 abr. 2018.

FUCHS, C. Karl Marx in the Age of Big Data Capitalism. In: CHANDLER, D. FUCHS, C. (Orgs.). **Digital Objects, Digital Subjects: Interdisciplinary Perspectives on Capitalism**,

Labour and Politics in the Age of Big Data. Londres: University of Westminster Press. 2019. p. 53–71.

FUCHS, Christian. Como podemos definir vigilância? **MATRIZES**, v.5,.1. p. 109-136. 2011.

FUCHS, Christian. Surveillance and Critical Theory. **Media and Communication**, v. 3, p. 6-9. 2015.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LÊNIN, Vladimir. **O Imperialismo: etapa superior do Capitalismo**. Disponível em: <https://ujs.org.br/formacao/o-imperialismo-etapa-superior-do-capitalismo/?download=12838> Acesso em: 03 dez 2019

OLIVEIRA, E. **A Economia do Conhecimento e uma nova forma de dependência no capitalismo brasileiro**. 2017. 232 f. Tese (Doutorado em Economia) — Programa de Pós Graduação em Economia, UFBA, Salvador, BA, 2017.

REGULATING the internet giants. **The Economist**, maio 2017. Disponível em: <https://www.economist.com/news/leaders/21721656-data-economy-demands-new-approach-antitrust-rules-worlds-most-valuable-resource>. Acesso em: 23 out. 2017.

ROUVROY, Antoinette. Governing Without Norms: Algorithmic Governmentality:(Contribution to the special issue on" Lacanian Politics and the Impasses of Democracy Today"(ed. Bogdan Wolf)). **Psychoanalytical Notebooks**, n. 32, p. 99, 2018.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação? **Revista ECO-Pós**, v. 18, n. 2, p. 36-56, 2015.

STUCKE, Maurice E. Should We Be Concerned About Data-opolies? **Georgetown Law Technology Review**, Vol. 2.2, p. 275-324. 2018. Disponível em: <https://georgetownlawtechreview.org/wp-content/uploads/2018/07/2.2-Stucke-pp-275-324.pdf>. Acesso em 10 mar. 2019.

STUCKE, Maurice E.; GRUNES, Allen P. **Big Data and Competition Policy**. Oxford: Oxford University Press. 2016.

TRÉGUER, Félix. **US Technology Companies and State Surveillance in the Post-Snowden Context: Between Cooperation and Resistance**. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01865140/document>. Acesso em: 27 mar. 2019.

UNCTAD. **Investment and Digital Economy**. New York and Geneva: United Nations Publication, 2017. (World Investment Report). Disponível em:

https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2017_overview_en.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

WORLD BANK. **Data-driven development**. Washington: World Bank Group. (Information and Communication Technologies to Digital Development Report). Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/digitaldevelopment/publication/data-driven-development>. Acesso em: 08 mar. 2019.

ZUAZO, Natalia. **Los dueños de internet**: Cómo nos dominan los gigantes de la tecnología y qué hacer para cambiarlo. Buenos Aires: Debate, 2018.

ZUBOFF, S. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO et al (org.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo. 2018.